



**ACTA DA PRIMEIRA SESSÃO  
EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL DE VISEU, REALIZADA NO DIA  
OITO DE JANEIRO DE DOIS MIL E DEZ.**

----- No dia oito de Janeiro de dois mil e dez, teve lugar no Solar dos Peixotos, a primeira Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal, a qual foi presidida pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, António Joaquim Almeida Henriques, secretariado pelo Senhor António Elísio de Jesus Dias, como primeiro secretário e a Senhora Cristina Paula Cunha Pereira Gomes, como segunda secretária. -----

----- A Sessão teve início às dezassete horas e quarenta e quatro minutos, tendo-se verificado as faltas dos Senhores Deputados: António José Santos Alves Lage Oliveira (justificada), Fernando Martins Machado (justificada), Jorge Anselmo Martins (justificada), Jorge Manuel de Sousa Mota, José Ernesto Pereira da Silva, José António Santos Esteves Correia (justificada) e Sofia Margarida Guedes de Campos Salvado Pires. -

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA, após a verificação das faltas dos Senhores Deputados acima referenciados e tendo verificado a existência de quórum, deu início à Sessão dizendo o seguinte: “Vamos dar início à nossa Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal, portanto, a primeira deste ano. Antes de mais, duas questões prévias, primeiro que tudo dirigir-me às Senhoras e Senhores Deputados, ao Senhor Presidente da Câmara, aos Senhores Vereadores, a todos os membros da Comunicação Social, aos cidadãos presentes aqui na sala, aos funcionários da Assembleia Municipal e desejar a todos um bom ano de dois mil e dez. De facto, que seja um bom ano para o nosso concelho, para o nosso distrito, enfim, para o nosso país e porque não, também para o Mundo, afinal de contas é neste grande Planeta que todos vivemos. Para além destes votos, queria agradecer a compreensão que as Senhoras e os Senhores Deputados e o Senhor Presidente da Câmara tiveram em relação a este meu pedido de começar a Assembleia uma hora mais tarde. Quando eu convoquei, a pedido do Senhor Presidente da Câmara, a Assembleia, tinha convicção que as votações regimentais na Assembleia da República seriam ao meio-dia, é hábito ser assim. Se sáísse ao meio-dia e trinta minutos de Lisboa estaria cá às dezasseis horas, cumprindo a Lei. Acontece que face ao tema que hoje foi debatido, as votações prolongaram-se e eu tive consciência ontem, que não conseguia estar cá às dezasseis horas e achei que era muito menos descortês pedir a todas as Senhoras e Senhores Deputados que começássemos a reunião uma hora depois, do que estar a chegar atrasado e estarem aqui a apanharem, digamos, aquilo que vulgarmente se chama *uma seca*. Quero agradecer-vos a compreensão que tiveram em relação a este motivo, porque, como sabem, desde que sou Presidente da Assembleia, fiz sempre questão de presidir a todas as Sessões e não queria que hoje não acontecesse da mesma maneira. Posto isto, vamos então iniciar os nossos trabalhos, como as Senhoras e Senhores Deputados sabem, esta é uma Sessão Extraordinária, tem um único ponto, portanto, não tem o Período Antes da Ordem do Dia, só tem este ponto da Ordem do Dia. A convocação desta Assembleia Extraordinária, que tem como ponto único a questão da “UNIVERSIDADE PÚBLICA DE VISEU – PONTO DA SITUAÇÃO”, deriva de uma conversa que eu tive com o Senhor Presidente da Câmara e de uma solicitação formal que a Câmara Municipal e o Executivo fizeram à Assembleia Municipal para que convocássemos esta reunião extraordinária. Independentemente da solicitação ser efectuada pela Autarquia, desde logo, na conversa



que tive com o Senhor Presidente da Câmara lhe dei também a minha opinião, que achava que a importância deste tema justificava plenamente que pudéssemos iniciar o ano logo com uma sessão para este debate e portanto, este foi o motivo que levou a Mesa da Assembleia Municipal a fazer a convocatória desta Assembleia Extraordinária. Feita esta explicação, a metodologia que iríamos seguir, cumprindo o Regimento que está em vigor, seria a metodologia que temos no tratamento num ponto normal da Ordem de Trabalhos, portanto, eu iria dar início ao Ponto Um e único da Ordem de Trabalhos. Daria inicialmente a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para que fizesse a intervenção inicial sobre esta matéria, depois, sucessivamente, pela inscrição dos Partidos, daria, enfim, numa lógica sucessiva, a palavra pelo menos a uma pessoa de cada Partido, abrindo depois o debate a todos os Membros da Assembleia Municipal que queiram participar nele, com a limitação que temos do Regimento: dez minutos para a primeira intervenção e três minutos para a segunda. Esse é o direito que cada uma das Senhoras e Senhores Deputados têm em termos regimentais. Antes de dar a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, lembrar que temos hoje o nosso jantar habitual que se costuma realizar aquando da última Assembleia Municipal. Como a nossa foi bastante cedo acabámos por não ter esta oportunidade e entendi, em consonância com o Senhor Presidente da Câmara, adiar por uma semana. Visto que íamos ter esta Sessão, não faria sentido estar a fazer o jantar conforme estava previsto na semana passada e depois, hoje temos a Sessão da Assembleia Municipal, portanto, entendemos, que até do ponto de vista da agenda de cada uma das Senhoras e Senhores Deputados, que fazia mais sentido fazer esse jantar hoje. Queria mais uma vez agradecer ao Senhor Presidente da Câmara este convite amável que nos faz todos os anos para este Jantar de Natal, desta vez já muito nos Reis, diríamos que é quase um Jantar dos Reis e lembrar que depois da nossa Sessão, o jantar será por volta das vinte horas, na Quinta do Barreiro, em Couto de Cima. Gostaria de ver lá todas as Senhoras e Senhores Deputados. Obviamente, que este convite é também extensível a todos os Membros da Comunicação Social, portanto, Senhoras e Senhores Jornalistas que habitualmente fazem o acompanhamento destas Sessões, assim como os funcionários da Assembleia Municipal. Posto isto, dava a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para introduzir o tema”. -----

- UM – SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Usa da palavra para dizendo o Seguinte: “Obrigada Senhor Presidente. Antes de mais, gostaria de lhe agradecer e de lhe retribuir os votos de Boas Festas e também de um Bom Ano. Naturalmente que o estendo a toda a Assembleia Municipal, aos que acompanham hoje esta Sessão e também aos Senhores Jornalistas. Eu gostaria de explicar primeiro porque é que foi solicitado o pedido da realização desta Assembleia, esta exposição que vou fazer é um pouco demorada, mas gostaria de começar a explicar porquê. Como é sabido, durante os vários mandatos, mas sobretudo durante o mandato anterior, nós fomos confrontados com uma posição do Ministro do Ensino Superior, curiosamente o mesmo Ministro deste Governo que disse que durante aquele mandato que não haveria discussão sobre a Universidade de Viseu. Esta mesma Assembleia tomou posições variadas, frequentemente, sobre a Universidade de Viseu, e portanto, nós achámos que havia legitimidade, embora não estivéssemos de acordo com a posição do Ministro e sempre o dissemos, aliás, tenho comigo os recortes da imprensa. Durante o mandato e sobretudo durante a campanha e também sobre a tomada de posse, ou durante a tomada de posse, dissemos, que mal este Governo, independentemente do Ministro, que na altura não saberíamos quem era, nem sabíamos que partido eventualmente faria e formaria governo, estaríamos logo junto do Ministro a reivindicar a definição sobre a Universidade Pública, portanto, foi isto que fizemos. Gostaria de lhes dizer uma nota prévia, não percebo porque é que algumas vozes vieram discordar da posição do Presidente da Câmara, naturalmente, insistindo que deveria ir acompanhando, a minha legitimidade permite, em nome do concelho fazer estas



*démarches*, das quais não abduco. Fizemos esta *démarche*, junto do Senhor Ministro e obtivemos uma resposta categórica que eu vou lembrar, o Senhor Ministro disse que não haveria Universidade, nem em Viseu nem em qualquer outro local do país. A posição deste Ministério era de fusão de universidades, eventualmente até, pôr debaixo da mesma reitoria várias universidades. Lembrou-me, inclusivamente, o exemplo de Barcelona e portanto, não contasse com a criação da universidade, porque a posição definitiva do Governo era não criar mais nenhuma universidade. E daí, que tivesse trazido o assunto à reunião de Câmara e fiz na reunião de Câmara, exactamente, a mesma reflexão que vou agora fazer com os Senhores e que resultou depois numa proposta que têm na vossa posse e que eu acho que não há necessidade de a repetir e que, entre outras coisas, condenava a posição do Ministro e aprovava por unanimidade o pedido ao Senhor Presidente da Assembleia da realização desta Assembleia. É, digamos, neste enfoque, neste contexto, que trazemos aqui o assunto, partindo do princípio que, até pela representação mais abrangente que tem este Órgão, era aqui que ele devia ser colocado. Também em posições públicas que já assumi, estou disponível para dar continuidade a tudo aquilo que a Assembleia aqui decidir, mas naturalmente, que não deixaria de trazer este assunto à Assembleia, que digamos, é o fórum adequado para discutir estes assuntos. Eu gostaria de lembrar e gostaria de fazer inclusivamente um desafio, eu vou deixar aqui uma sinopse, pelo menos, com a minha responsabilidade desde noventa e um dos acontecimentos relevantes sobre a Universidade Pública, porque para mim fica claro que quando muita gente de vários quadrantes e até de vários sectores vêm dizer que todos temos culpa, a tentação é de desresponsabilizar alguém, porque com a leitura correcta desta sinopse que eu vou aqui divulgar, naturalmente, que é fácil ver quem são os culpados. E é fácil ver os culpados em cada momento, em cada situação e até o grau de culpa. Não vale a pena estar a dizer que ninguém fica bem na fotografia, ou que somos todos culpados, porque já percebemos a estratégia. Esta estratégia é de alguém que tem culpa e que se quer desresponsabilizar, é a tática do clube desportivo. Normalmente nós quando o nosso clube não ganha ficamos também satisfeitos com o adversário se também não ganhar, mas eu vou e gostaria de lançar aqui o desafio, se há outros elementos, ou elementos relevantes para aqueles que vou divulgar. Em noventa e um houve o primeiro estudo, portanto, eu lembro que estou na Câmara desde noventa, estudo prévio de viabilidade de instalação da Universidade Pública de Viseu. Foi um estudo encomendado a uma empresa da especialidade, a Quaternaire, que fez esse estudo e que foi pago por instituições de Viseu, incluindo a Câmara, o Governo Civil, e salvo erro, a Associação Comercial. Depois, este estudo foi apresentado aos vários ministros, tive a resposta que é conhecida. Em noventa e cinco o primeiro acto relevante foi uma promessa do então candidato a Primeiro-ministro, Senhor Engenheiro António Guterres, à frente do arranha-céus, na campanha eleitoral, e que prometeu em Viseu a criação de uma Universidade Pública. Em noventa e oito houve também um acontecimento relevante, que é a resolução no Conselho de Ministros a quarenta e cinco/noventa e oito, que previa a criação de um grupo de trabalho para a criação de novas unidades do ensino superior no domínio da saúde. Em noventa e oito fez-se uma candidatura de Viseu à localização do Instituto de Ciências da Saúde, foi um trabalho, aliás, coordenado pelo actual Eurodeputado e Deputado Municipal, Professor Correia de Campos. Em dois mil e um/dois mil e dois houve dois documentos que são relevantes, normalmente não vejo ninguém referi-los publicamente, mas que vale a pena dar-lhe uma olhada. Em Fevereiro de dois mil e um foi criado o tal Instituto Universitário na dependência da Universidade de Aveiro. Estamos a falar em Fevereiro de dois mil e um, exactamente no final do Governo do Engenheiro António Guterres, que acabaria logo a seguir de pedir a demissão na consequência das Eleições Autárquicas de dois mil e um, toda a gente sabe disso. Houve este tempo todo de criação de um Instituto, a tal figura contestada por alguns, entre os quais eu, e houve este tempo todo para a criação do



Instituto. Em Fevereiro de dois mil outra vez em Conselho de Ministros, volta-se a criar o Instituto Universitário, são dois elementos relevantes e portanto, em dois mil e dois. Dois mil e dois já com o Governo demissionário, já com outro candidato a Primeiro-Ministro a até já, é bom que se saiba, com as perspectivas que o Governo ia mudar, é muito natural que se pedisse ao putativo Primeiro-Ministro, aquele que se achava que era Primeiro-Ministro, uma outra posição sobre a Universidade Pública e foi aí que apareceu o envolvimento do actual Presidente da União Europeia, o Doutor Durão Barroso, a quem se pediu a criação da Universidade Pública. É muito natural que se não quisesse aquela figura dum Instituto sabendo que o Primeiro-Ministro ia tomar posse, tempos depois era a favor da Universidade Pública em Viseu. E já agora, deixem-me dizer também a minha opinião sobre esta história do Instituto e de algumas vozes que se têm levantado, eu penso que injustamente, a dizer que se cá tivéssemos o Instituto Universitário já cá tínhamos a Universidade, bem, nada mais irreal, porque o Instituto previa seis anos de instalação e depois se ia ver. Seis anos de instalação, chegaríamos ao mandato deste Ministro, o tal Ministro que não quis Universidades para Viseu, portanto, se houver lógica nestas cogitações o actual Ministro ia dizer que não que não havia, se é contra as Universidades, está claro muito claro. Mas deixemos isso, o que é facto é que a seguir nós dissemos que não estávamos de acordo com a criação do Instituto apenas por ser um pólo da Universidade de Aveiro, eu acho que havia boas razões para isso, enquanto responsável pelo concelho nunca tomaria outra posição. É para mim inadmissível que alguém venha defender, quando houve uma Universidade para Trás-os-Montes, quando houve uma Universidade para a Beira Interior, quando houve uma Universidade para Aveiro, para Coimbra, para Évora, para Faro, que Viseu se sujeitasse apenas a um pólo. Eu acho que isto era, digamos, a confissão de um apoucamento que eu não estou disposto a aceitar e portanto, disse sempre, até com alguma ironia, que pólos só conhecia aqueles do *after-shave* e aqueles de vestir e que não aceitava pólos e estou exactamente, na mesma situação hoje de não aceitar pólo do que quer que seja. Viseu não tem que ser pólo de lado nenhum, ou há Universidade ou não há e portanto, é muito simples, não temos sequer de ser pólo da Universidade de Aveiro, a situação foi esta. Houve outro facto relevante a seguir, foi criada a Universidade Pública de Viseu. Em resolução de Conselho de Ministros, e eu espero também que ela não tenha desaparecido, a sessenta e sete/dois mil e quatro, é uma resolução que existe, criou a Universidade Pública de Viseu e criou um grupo de trabalho com pessoas concretas. Eu vou ler o nome das pessoas, até para verem o cuidado que se teve numa equidistância em relação ao Poder vigente: o Professor Veiga Simão, o Doutor Almeida Costa, o Professor Doutor Sérgio Machado Santos, o Doutor Diogo Alarcão, o Professor Ray Car, que era o Presidente da Siemens Medical Solution e ainda o Professor Dust, Professor de mecânica da Universidade de Erlangen Nuremberg, que era com quem se queria fazer o tal acordo. Esse grupo fez o seu trabalho, apresentou-o em Viseu e chagámos por motivos que toda a gente sabe, o Doutor Durão Barroso saiu, houve um outro Governo que ainda apresentou o estudo em Viseu e chagámos ao actual Ministro, ao Ministro do Governo anterior que é o mesmo e portanto, estes são os dados, não me resta nenhuma dúvida em saber quem são os culpados e há uma coisa que eu não sei Senhor Presidente e eu gostaria de lhe dizer, não sei quem é que fica bem na fotografia, eu habitualmente até nem costume ficar bem nas fotografias normais, mas em relação ao dever cumprido eu não deixo que ninguém me atire com o que quer que seja, com alguma culpa. Fiz sempre aquilo que devia, fiz sempre o meu dever, tive reuniões infundáveis em Lisboa, fiz reuniões em Viseu, portanto, o Presidente da Câmara fez o seu trabalho. Se alguém não fez o trabalho não foi o Presidente da Câmara e portanto, não estou disponível a acertar tudo por baixo dizendo que somos todos culpados e que eventualmente temos todos culpa. Se alguém, e Senhor Presidente, nesta primeira fase não diria mais nada, se alguém tiver um retrato uma sinopse diferente desta pois que a traga, mas que a diga



então e que avance nessa altura quem são os culpados por cada despacho. Era apenas Senhor Presidente”. -----

- MESA – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar diz: “Muito obrigada Senhor Presidente, está em aberta a oportunidade das Senhoras e Senhores Deputados se inscreverem. Pergunto quais as Senhoras e Senhores Deputados que querem usar da palavra. Senhor Deputado Carlos Vieira tem a palavra”. -----

- DOIS – SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO VIEIRA E CASTRO RODRIGUES (BE) – Pede a palavra para intervir do seguinte modo: “Ouvimos a versão da história da criação da Faculdade Pública pelo Senhor Presidente da Câmara, eu gostaria de vos deixar a minha versão desta história frustrada. Já vai longe o tempo em que o Professor José Silvestre, de resto vejo aqui presente no público, escreveu um inflamado artigo, publicado em vários jornais locais, lamentando que Viseu fosse “um buraco negro rodeado por uma miríade de sois” (referindo-se às universidades públicas que iam sendo criadas à nossa volta: Aveiro, Vila Real, Covilhã, a somar às de Coimbra e do Porto). Mas havia (e há ainda) quem pense que Viseu está no centro do universo e não descansaram enquanto não expulsaram da cidade, ao mínimo pretexto, o pólo da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto. Recordo que o reitor da Universidade do Porto, recebido com todas as honras na Câmara Municipal de Viseu, disse o seu discurso que, a seguir àquele projecto pioneiro, poderiam vir para Viseu pólos de outras Faculdades e depois, naturalmente, seria como um filho que se separa do pai”. Foi a primeira grande oportunidade desperdiçada. Mais tarde, Couto dos Santos, Ministro de Cavaco, veio dizer num Congresso Distrital do PSD, que “não se abre uma universidade como se abre uma tasca”. Entretanto, licenciaram universidades privadas por tudo o que era sítio, a maioria com qualidade abaixo de tasca. O Reitor da Universidade Católica sempre disse que não havia espaço em Viseu para duas universidades e ameaçou repetidamente com o encerramento do Centro Regional das Beiras da Universidade Católica no caso de ser criada em Viseu uma universidade pública. Convidado a vir visitar as instalações da Católica de Viseu, o então Primeiro-Ministro Cavaco Silva foi o primeiro a deitar água fria nas aspirações de Viseu ao dizer que era “uma insensatez os viseenses quererem uma universidade pública” e citei, quando tinham ali uma universidade tão boa. Então, em vinte e cinco de Fevereiro de mil novecentos e noventa e três, o PSD apresentou, na Assembleia Municipal de Viseu, uma moção no sentido de apelar ao Governo para apoiar a criação de cursos científico-tecnológicos no pólo de Viseu da Universidade Católica, tendo em vista a sua transformação na “Universidade Viseense”. Apesar de aprovada por unanimidade, esta moção foi considerada, na declaração de voto de um deputado do PS, Valdemar Calhau, que aqui presto a minha homenagem por isso, como uma derrota para os viseenses que lutaram pela Universidade Pública. Tinha toda a razão, porque se estava a reduzir o espaço vital para a criação de uma verdadeira Universidade Pública. Quando o Governo de António Guterres licenciou um curso de Medicina na Universidade da Beira Interior, os viseenses foram mobilizados para uma manifestação de protesto que encheu o Rossio, a pretexto de candidatura de Viseu ter sido preterida. Esta foi mais uma grande mistificação e manipulação grosseira da realidade, uma vez que Viseu não tinha nenhuma candidatura pela simples razão de que não tinha uma universidade pública, ao contrário da Covilhã. O que tinha havido era apenas um estudo para a criação de um curso de Medicina da autoria de Correia de Campos, o qual confessou numa entrevista (Jornal Centro, em três de Outubro do ano passado) que a intenção era convencer a Católica a acolher esse curso. O mesmo se pode dizer da actual reacção do PSD, dos seus Deputados eleitos por Viseu até ao Presidente da Câmara, por o Governo do PS ter decidido autorizar um curso de Medicina na Universidade de Aveiro. Mas como é que podia vir para Viseu se não temos Universidade Pública? A resposta foi-nos dada pelo Senhor Deputado Almeida Henriques



num artigo no Diário de Viseu (em dezoito de Dezembro do ano passado), onde refere a candidatura do Instituto Piaget. Decidam-se, meus Senhores, até podem defender os dois, agora não confundam os viseenses, com propostas de universidades de treta, permitam-me a expressão, como o ensino à distância da “Universidade Telemática” ou a Universidade Aberta (que por acaso, já está aberta em todo o lado, incluindo Viseu, com um centro de apoio na Escola Superior de Educação). Essa tática de defender a “quadratura do círculo”, reivindicando uma universidade pública que não belisque os interesses das escolas privadas, só nos fez perder tempo. Defender os cursos de licenciaturas mais apetecidos, como o de Medicina, nas escolas superiores privadas, deixando para uma futura universidade pública apenas as pós-graduações, os mestrados e os doutoramentos, que terão de ser bem pagos pelos alunos, não me parece um bom caminho. Por outro lado, o bairrismo pré-histórico que levou alguns viseenses com responsabilidades nos órgãos locais, a repudiarem a criação de uma unidade orgânica da Universidade de Aveiro (uma das mais prestigiadas do país) criada por diplomas do Governo de Guterres que o Ministro de Durão Barroso, Pedro Lynce, logo suspendeu, foi a segunda grande oportunidade perdida, tendo em conta que estava previsto que este Instituto Universitário pudesse vir a ganhar autonomia dentro de seis anos (já passaram sete!). Na altura avisei que, apesar de não estarem previstas licenciaturas, “mais valia um pássaro na mão, do que dois a voar”. E admiram-se agora de a Universidade de Aveiro ter preparado, com tempo, um curso de medicina, realizando, sem complexos, parcerias com a Universidade do Porto e hospitais como o de Viseu? Deviam era pedir desculpas aos viseenses pela vossa falta de visão! E não venham falar do projecto de Veiga Simão, porque isso de misturar o Instituto Piaget e a Universidade Católica numa mesma academia, ainda que apoiados numa universidade alemã, não passaria como denunciou na altura o Bloco de Esquerda, de “oferta pública de ensino privado”. Aliás, a Ministra Graça Carvalho, do Governo de Durão Barroso, foi clara ao anunciar em Viseu que nunca entregaria um curso de medicina à Universidade Pública, mas sim a Universidades Privadas. A manifestação do Rossio, em desagrado pela ida do curso de medicina para a Covilhã, foi um acto de demagogia populista que abusou da boa fé dos viseenses. Fazer outra agora, como parece que era a intenção do Senhor Presidente da Câmara, depois da criação do curso de Medicina em Aveiro, que só veio provar a falta de visão estratégica dos políticos locais, só serviria para expor ao ridículo a cidade e a região. A solução parece-me que já foi indicada na moção que, por iniciativa do Bloco de Esquerda, foi aprovada, sem nenhum voto contra, no ano passado, no sentido do reforço do Instituto Politécnico até à sua evolução para a Universidade Politécnica. É essa proposta e a defesa dessa proposta pelos autarcas, pelas instituições da região, que nos parece ser o caminho a seguir. É essa proposta que aqui de novo, submetemos à vossa votação. Tenho dito”. -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Rui Santos. -----

- TRÊS - SENHOR DEPUTADO RUI ALEXANDRE GOMES PINA RODRIGUES DOS SANTOS (CDS/PP) – Solicita o uso da palavra para intervir da seguinte forma: “Antes de mais, agradecer os votos formulados pelo Senhor Presidente e retribuir de igual modo a todos os presentes o desejo de um excelente ano de dois mil e dez, cheio de felicidades políticas, particulares e profissionais para todos. O motivo que nos traz aqui hoje, a discussão da criação da Universidade Pública, do Ensino Superior Público em Viseu, revela-se realmente de extrema importância e tem sido debatido ao longo dos últimos vinte anos, seguramente em todos os mandatos e todos os anos e teve várias evoluções, aliás, o Senhor Presidente da Câmara fez o favor, e muito bem, de nos relembrar. Queria aqui só fazer um ponto prévio, no nosso entender, no entender do CDS/Partido Popular, nesta questão não há nem oposição nem situação, temos que estar todos do mesmo lado, temos que estar todos debaixo da mesma bandeira que é a bandeira do nosso concelho, temos que estar todos debaixo do mesmo ideal, da mesma ideia que todos defendemos que é a



criação da Universidade Pública em Viseu, Mais, sem esquecer nunca, como é lógico nem desprestigiante, o ensino Superior Público existente no concelho, o Instituto Superior Politécnico, bem como as instituições privadas como o Instituto Piaget e a Universidade Católica Portuguesa. Dito isto, nós pensamos que é muito mais interessante do que discutir o passado, o passado que todos nós conhecemos, o resultado está à vista e não temos nada, infelizmente, não temos Universidade Pública. Mais importante do que discutir o passado é discutir o futuro, é discutir o que é que vamos fazer, o que é que queremos daqui para a frente. Se queremos continuar como temos estado até agora, a reivindicar nos órgãos próprio, com certeza, da melhor ou pior forma, conforme queiramos ver, uma Universidade Pública, ou se queremos realmente todos juntos, encontrar uma solução que seja viável, que seja credível e que mereça o consenso e a concordância de qualquer que seja o Governo que esteja no poder. O passado diz-nos que apresentámos projectos, diz-nos que as forças vivas da cidade, por vezes, em determinadas alturas se mobilizaram mais do que noutras, diz-nos que numas alturas haverá culpados, para uns os culpados são uns, para outros os culpados são os outros, é uma discussão interessante que poder-se-á fazer, provavelmente não levará a nenhum lado. No nosso entender o que temos que fazer é discutir o futuro, o que é que nós queremos? Como é que vamos lá chegar? Vamos traçar um objectivo, vamos definir um objectivo, vamos definir um timing. O objectivo de todos nós é a Universidade Pública, sim senhor, muito bem. Que Universidade Pública é que nós queremos? Que modelo de financiamento? Que cursos? A funcionar sob que modelo? Em parcerias, ou sem ser em parcerias? Isso é que interessa definir, porque senão amanhã pode acontecer, como já aconteceu no passado, cria-se a Universidade Pública e depois andamos cinco, seis, sete, oito anos e voltaremos a estar aqui a discutir a mesma história que é, foi criada, mas depois veio outro e revogou, não foi criada mas poderia ter sido e pensamos que isso não vai levar a nada. No nosso entender o que deve sair aqui desta Assembleia Municipal é a definição clara de um objectivo, o objectivo no nosso entender, é a criação da Universidade Pública em Viseu. No nosso entender poderá ser definido um cronograma, um método de trabalho, provavelmente um grupo de trabalho inserido nesta Assembleia Municipal, que num curto espaço de tempo defina as prioridades e passos que devem ser feitos para que consigamos apresentar um projecto credível, um auto-projecto, não vamos estar à espera que nos peçam ou que haja concurso, vamos propôr nós a criação da Universidade em Viseu com base num projecto bem estruturado, bem assente e que seja irrecusável, porque se for recusado só há uma explicação, como a mais valia técnica terá que ser de excelência só se for recusado politicamente e aí cada um que depois assuma as suas responsabilidades. Se são sozinhos, se é em parcerias com outra Universidades, veja-se que a Universidade de Aveiro fez uma parceria com a Universidade do Porto para ter o curso de Medicina, poderá ser por aí. Será com certeza com o reforço do Politécnico com a evolução do Instituto Politécnico para Universidade Politécnica, será? Ouvimos que o Senhor Ministro estaria aberto a fusões de Universidades, será que com essa evolução a junção do Politécnico, da futura Universidade Politécnica com uma outra Universidade de relevo do país se queria isso, isso veremos. Agora, no nosso entender, mais do que discutir o passado e estar a sacar responsabilidade, que todos sabemos quem as tem, não vale a pena estarmos a apontar o dedo porque é fácil saber quem são os intérpretes, mais do isso é discutir o futuro. Vamos definir um objectivo. O objectivo, pensamos nós, que é a criação da Universidade Pública. Como é que o vamos fazer, em que timings, de que maneira. Contem connosco para isso, estamos disponíveis para ajudar com um objectivo, criação da Universidade Pública debaixo de uma bandeira que é a bandeira da cidade. Se for para fazer uma corrida de outro tipo de bandeiras para ver quem é fica com os louros. Nós estamos cá para ajudar, mas saímos dessa corrida e deixamos o espaço para outros. Obrigado”.

-----  
 - MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Mota Faria. -----



**- QUATRO – SENHOR DEPUTADO JOSÉ MANUEL HENRIQUES MOTA DE FARIA (PSD) –** No uso da palavra faz a seguinte intervenção: “Gostaria aqui de fazer uma breve reflexão, penso que é unânime a defesa da Universidade Pública de Viseu. É unânime penso que por parte de todos os viseenses, os autarcas, os agentes económicos, os agentes sociais, agentes culturais. É unânime também, penso e é consensual, que a Universidade seria um elemento estruturante, um elemento impulsionador do desenvolvimento de Viseu e da região. Também penso que todos os partidos defendem, reivindicaram, ou prometeram a criação da Universidade Pública de Viseu, incluindo os partidos que já foram governo em Portugal. Então, temos esses consensos todos, temos as pessoas todas envolvidas, o que é que falta? Falta a decisão política da responsabilidade do Poder Central. Em relação à história recente deste processo consta-se que os governos, e assumimos, os governos do PSD até noventa e cinco, não criaram a Universidade Pública de Viseu. E não criaram a Universidade Pública de Viseu e foram penalizados e perderam as eleições em noventa e cinco. Isto é assumido por parte do PSD que foi um erro e foi penalizado pelos viseenses. Assim como, também se lembram, da frase – “penalizem o PSD que levou de Viseu serviços públicos e por isso, nós comprometemo-nos a trazê-los” - ou seja está implícito, o regresso dos serviços públicos. Também sabem o que é que isto deu em termos de concentração de serviços públicos. Os viseenses, como é óbvio, confiaram na promessa do então candidato a Primeiro-Ministro, Engenheiro António Guterres, de criar a Universidade Pública de Viseu e todos se lembram, como aqui já foi referido por parte do Doutor Ruas, o célebre comício na Avenida Vinte e Cinco de Abril, e a encenação que na altura foi feita nesse comício. Mais tarde, o Governo do CDS decidiu a criação de duas novas Unidades Públicas do ensino superior no domínio da Saúde, uma das quais obrigatoriamente no interior do país, através daquilo que era o papel, que era a tal resolução de Conselho de Ministros, quarenta e cinco/noventa e oito. Era uma resolução, não sei se já ouviram falar, que era uma coisa que não tem importância nenhuma, que é um papel, era também uma resolução do Conselho de Ministros. E os viseenses confiaram, uniram-se, apresentaram uma candidatura do Instituto de Ciências da Saúde que, aqui para o Deputado Carlos Vieira que deve ler o estudo, que entre outras licenciaturas dizia que contemplava a de Medicina. Mas o Instituto de Ciências e Saúde dizia assim: “Podemos concluir propondo que além do Curso de Medicina Clínica, possa também formar médicos dentistas, farmacêuticos, biólogos e gestores sociais. Deverá dar prioridade à formação inicial de Medicina”. Por isso, o Instituto de Ciências da Saúde não era somente para o Curso de Medicina e por outro lado, a resolução de Conselho de Ministros dizia, Unidade Pública do Ensino Superior no domínio da Saúde, ou seja, estamos aqui a falar numa maior latitude, maior abrangência do domínio da Saúde. A Saúde não é só Medicina e por isso o Instituto de Ciências da Saúde tinha uma proposta inovadora neste âmbito. Para a próxima aconselhava-o a ler o estudo e não fazer também aqui as considerações que fez em relação a esta mistificação. Se quiser tenho aqui o estudo para ler. Não posso deixar também de mais uma vez fazer aqui o nosso reconhecimento ao Senhor Professor Correia de Campos que coordenou esse estudo. O estudo que inclusivamente, e todos sabem, e veio na Comunicação Social, na altura foi altamente elogiado por membros do grupo de trabalho que avaliaram inclusivamente as candidatura, ou seja, não era o estudo, não era a sua questão técnico-científica que estava em jogo. O resultado final, também é conhecido por todos, foi a Faculdade de Medicina ser aprovada para a Covilhã. E dispenso-me aqui de referir aquilo que foi na altura a humilhação política dos viseenses quando então o Senhor Ministro José Sócrates nos presenteou ao comemorar na Covilhã a decisão do Governo, naquele célebre jantar de confraternização e agradecimento pela decisão que tinha no dia anterior tido em termos de Conselho de Ministros. E o facto também do então Primeiro-Ministro dar o não categórico a Viseu na Universidade da Beira Interior. Apenas refiro o que disse na altura,



que está aqui presente, o Senhor Professor Correia de Campos – “A decisão é surpreendentemente irracional, contrária à modernização, ineficaz a prazo, politicamente intransparente e objectivamente injusta”. O segundo Governo do PS, passados quase seis anos aprovou a criação do Instituto Universitário de Viseu, Unidade Orgânica da Universidade de Aveiro. Como aqui também já foi dito pelo Doutor Ruas, a menos de um ano do mês do acto eleitoral e aqui vamos fazer dois momentos, temos o Fevereiro de dois mil e um e a festa, que até já tínhamos cursos a começar em dois mil e um e dois mil e dois, não sei se se lembram e estou todo documentado para se alguém quiser, houve festa logo em Fevereiro de dois mil e um e depois, a um dia do prazo promulgação do Senhor Presidente da República, é retirado o diploma. Depois, passou um ano, saiu o Ministro da Educação, veio outro que era o Reitor da Universidade de Aveiro, o Professor Júlio Pedrosa e então a um mês é que foi aprovado, ou seja, andaram um ano por causa de um parágrafo, foi a justificação que deram na altura. O PSD mesmo assim aceitou a decisão, referiu sempre que era bom para Viseu esta Unidade Orgânica, mas que continuaria a defender a criação da Universidade de Viseu. Em dois mil e dois o Governo do PSD, como o Instituto Universitário de Viseu não tinha sido instalado, não tinha iniciado a sua actividade, inclusivamente o diploma não tinha sido promulgado pelo então Presidente da República, Doutor Jorge Sampaio, ou seja, aí sim, existia no tal papel e fiel aos seus compromissos com toda a legitimidade iniciou aquilo que todos sabemos, os trabalhos para a criação da Universidade Pública. Tendo então tomado a decisão política de criação de Universidade em Viseu e tomou essa decisão e anunciou-a no local próprio, que é os Paços do Concelho. E foi anunciado não foi por uma pessoa qualquer, foi anunciado pelo Primeiro-Ministro de Portugal, na altura o Doutor Durão Barroso. E foi aprovado numa resolução do Conselho de Ministros, que agora se diz que é um papel, ou seja, a outra valeu esta não valeu. A resolução do Conselho de Ministros para o TGV é um compromisso importante, esta resolução não era nada. O grupo de trabalho nomeado pelo Conselho de Ministros apresentou também, como já foi aqui dito pelo Doutor Ruas, um modelo da futura Universidade. A seguir regressou o PS ao Governo de Portugal e duas hipóteses tinha o PS, ou considerava o projecto do anterior Governo, isto em política séria, adequado, viável e dava continuidade ao mesmo, era uma hipótese, ou legitimamente dizia que não e ao dizer que não tinha a obrigação política, moral e ética de apresentar uma solução. Ao dizer que não à resolução do Conselho de Ministros dum Governo anterior tinha a obrigação política, moral e ética de apresentar uma solução, a qual inclusivamente, podia ser a de retomar o projecto anterior e iniciava a instalação da tal Unidade Orgânica da Universidade de Aveiro. Tinha legitimidade política para fazer isto, retomava o seu projecto anterior, como o PSD quando foi Governo retomou o seu projecto, mas qual foi a solução? Durante a legislatura não criar qualquer universidade, foi esta a solução. E quanto à proposta da Unidade Orgânica? Não era Universidade. Em relação a isso silêncio. Então essa Unidade Orgânica que era tão importante para Viseu já não se justifica? Então a proposta? Então a tal Unidade Orgânica que era o primeiro passo para a criação da Universidade Pública de raiz de Viseu? A excelência, a estratégia correcta para a resolução do problema? Nada. Então qual é a solução? Que proposta? O PS tem uma dívida com Viseu, tem uma promessa para cumprir e aquilo que nós dizemos é, digam o que querem fazer, que medidas vão tomar em prol da defesa da nossa terra. Não basta dizer, tínhamos uma solução e agora não têm? Tínhamos? Se tinham, se têm implementem, não inventem problemas ou desculpas. Decidam a esse pedido que fazemos. Decidam a bem de Viseu, dos viseenses e da região. Implementem a vossa solução, se é que a têm. Implementem a vossa solução! Da nossa parte dizemos que basta de álibis, de moratórias, de desculpas e principalmente, não queremos mais retóricas, queremos acção neste momento. O PS disse não a uma resolução de Conselho de Ministros, têm obrigação política, moral e ética de apresentar uma solução em termos da Universidade de Viseu, ou



uma solução em termos, também há esta mistificação se quiserem o Ensino Superior Universitário, Ensino Superior, Instituto Universitário o que quiserem, mas têm uma obrigação moral, ética e política de apresentar uma solução para Viseu”. -----

- **MESA** – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, profere as seguintes palavras: “Muito obrigado Senhor Deputado, tenho agora o pedido de uso da palavra e completando a ronda inicial dos partidos, o Senhor Deputado Correia de Campos em nome do Partido Socialista e partir daí alargarei o debate a todos os Senhores Deputados que queiram participar”. De imediato dá a palavra ao Senhor Deputado Correia de Campos. -----

- **CINCO** – **SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO FERNANDO CORREIA DE CAMPOS (PS)** – No uso da palavra diz o seguinte: “Quero começar por agradecer ao Senhor Presidente da Câmara por ter suscitado este debate. É importante que os debates se façam. Em democracia a melhor forma de esclarecer os problemas é por debate. O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viseu deu conhecimento a esta Assembleia Municipal da forma como decorreu a entrevista recente que teve com o Senhor Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, acerca da criação em Viseu de uma Universidade Pública. De acordo com a proposta que levou ao Executivo Camarário em vinte e três do doze, deparou com uma atitude que considera de *“relutância e negativismo, da Tutela Governativa”* na qual vê uma posição de *“desinteresse do Governo*, propondo a liminar desaprovação do que considera uma *“inaceitável e negativa posição do Senhor Ministro da Ciência”*, fim de citação, solicitando ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal a convocação de uma reunião para debate desta problemática. Os Vereadores do PS, independentemente da não concordância com os considerandos e qualificativos da moção, votaram favoravelmente a proposta de convocação desta reunião para discutir a Universidade Pública, demonstrando que não se furtam ao debate sobre o tema e que o PS se encontra disponível para honrar os seus compromissos passados. O PS defende o ensino superior para Viseu, não apenas o ensino politécnico público, ou o ensino universitário privado. Defende, como sempre defendeu, o ensino universitário público na cidade de Viseu, Defendeu-o antes e depois de mil novecentos e noventa e um. Defendeu e lutou pela criação em Viseu de uma das duas faculdades de medicina que o primeiro Governo de António Guterres veio a constituir em Braga e na Covilhã, em mil novecentos e noventa e oito. Defendeu e lutou pela criação, em dois mil e dois, no final do segundo Governo de António Guterres, do Instituto Universitário de Viseu, integrado na Universidade de Aveiro, destinado à formação pós-graduada e investigação, autonomizável no final dos seis anos correspondentes à primeira licenciatura seguida de mestrado, completos. Em termos semelhantes aos agora adoptados para a criação das faculdades de medicina do Algarve e de Aveiro. Lamentou que esta decisão tenha sido abandonada pelo décimo quinto Governo, sob a Presidência de Durão Barroso, para ser substituída por um projecto de parceria universitária com a empresa Siemens e uma Universidade Alemã, certamente do maior interesse sectorial, mas que não preenchia as condições de universalização do saber, nem solucionava as eventuais duplicações ou coordenações com o Instituto Politécnico ou as duas universidades privadas já instaladas em Viseu. Por razões de todos conhecidas, o primeiro Governo de José Sócrates, o décimo oitavo, entendeu não criar mais nenhuma instituição universitária pública e envidar esforços para a associação de instituições públicas e até privadas. Na verdade, por toda a Europa se assiste à concentração de instituições de ensino universitário, com vista a reunir massa crítica, evitar dispersão de recursos escassos e melhorar a qualidade geral do ensino e da investigação universitárias. Este movimento europeu começou de há muito em países que no imediato pós-guerra haviam procedido à multiplicação de universidades politécnicas regionais. No nosso país, esboçam-se já diversas tentativas de associação entre as catorze universidades públicas existentes e os institutos politécnicos públicos, com vista a ampliar as suas capacidades, focalizar as respectivas áreas de ensino e investigação, com a preocupação especial de



promover a articulação entre a universidade e o empreendedorismo empresarial. A criação de novas universidades que não resultem da associação, sobre várias formas possíveis, de instituições diversas já existentes, está condenada ao malogro, não apenas entre nós, mas em outros países europeus. A resposta que o Senhor Presidente da Câmara Municipal obteve do Senhor Ministro da Ciência insere-se nesta linha, e decorre directamente do que o décimo oitavo Governo dispôs no seu programa, quando considera *“completada a reforma modernizadora do ensino superior”* e propõe que a *“reorganização das ofertas educativas da rede pública e consórcios e associações entre instituições que potenciem a resposta à procura social e permitam coordenar recursos humanos e materiais, em diálogo com as instituições e no respeito pela sua autonomia”*, fim de citação. Por outras palavras, o Governo declara não se encontrar em condições de criar novas universidades públicas, mas está disposto a promover a agregação de instituições já existentes, mesmo em combinação público-privada, salvaguardando as respectivas autonomias, é o que diz o programa do actual Governo. Se tivesse sido dada continuidade à proposta do segundo Governo de António Guterres da criação do Instituto Universitário de Viseu, estaríamos hoje em melhores condições para este consórcio ou associação. A cidade estaria então em condições para reivindicar, com mais razão e convicção, a instalação em Viseu de uma nova faculdade de medicina, semelhante à de Aveiro. Teríamos bons argumentos, não apenas de massa crítica, mas também de capacidade de oferta de meios de prática clínica, no nosso Hospital Central e no Hospital de Tondela, que afinal nos são agora solicitados. Ora em Viseu existem delegações ou ramos de duas universidades privadas e um instituto politécnico público cuja qualidade tem vindo reconhecidamente a crescer. Por outro lado, o sector empresarial do nosso distrito tem dado sinais inequívocos de pretender apoiar uma universidade de cunho empresarial, mesmo que de criação privada. De certo não terá relutância em que essa nova instituição possa resultar de um consórcio ou associação entre diversas entidades, para usar a terminologia do programa do Governo. Certamente que todos, a começar pelos socialistas desta Assembleia, sentimos a frustração de mais uma vez vermos à distância o ensino universitário público, quando por duas vezes ele pareceu aproximar-se de nós. Temos que olhar em frente e ultrapassar as reclamações e queixumes, como há pouco foi dito pelo nosso colega do CDS, mais, ou menos explícitos, que apenas servem de munição de arremesso no debate político. Se as associações empresariais do Distrito e Região estão disponíveis para investir numa universidade privada de cariz empresarial, orientada para o desenvolvimento do empreendedorismo e para o apoio à inovação tecnológica necessária ao território servido, também nós estaremos disponíveis para nos mobilizarmos e fazer chegar ao Poder Central, não apenas queixume, ressentimento ou protesto, mas sobretudo a nossa vontade de ajudarmos a construir um consórcio ou associação entre entidades diversas, públicas e privadas, para ultrapassar este impasse. Nestes termos, e vou terminar Senhor Presidente, lendo a parte substantiva da moção que apresento. Nestes termos os Deputados Socialistas a esta Assembleia Municipal propõem a constituição de uma comissão abrangente, com deputados municipais de todas as correntes de opinião, delegados das instituições de ensino superior, público e privado aqui instaladas e representantes de associações empresariais e da sociedade civil, dotada de um órgão executivo de dimensão operacional. O mandato da Comissão constituirá na geração de uma plataforma comum, reunindo instituições públicas e privadas já existentes ou a criar, com vista à formação do Consórcio Universitário de Viseu. Vou fazer a entrega a Vossa Excelência desta Moção”. -----

- **MESA** – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar diz: “Eu vou sugerir só para a metodologia ficar bem clara, já temos neste momento duas moções. Eu solicito o seguinte aos Senhores Deputados, vamos continuar a fazer as intervenções normais e obviamente, que as moções a partir do momento em que estão apresentadas estão à discussão, não é? Portanto, vou continuar a dar a palavra cada um dos Senhores Deputados e depois,



chegará o momento em que iremos fazer as votações das mesmas”. De imediato dá a palavra ao Senhor Deputado José Costa. -----  
 - **SEIS – SENHOR DEPUTADO JOSÉ DOS SANTOS COSTA (PSD)** – Pede a palavra para intervir do seguinte modo: “Boa tarde a todas e a todos, naturalmente desejando um excelente Ano Novo. A realização desta Assembleia Municipal Extraordinária, é motivada por algo que traz insatisfeitos os viseenses e, por isso, lhes cria a vontade de reflectir e tomar decisões sobre as razões do insucesso da criação da Universidade Pública de Viseu. É com esse espírito que o pretendo fazer tal como as pessoas que votaram por unanimidade a proposta da convocação desta assembleia extraordinária, em reunião ordinária da Câmara Municipal de Viseu, no dia vinte de Dezembro de dois mil e nove. O histórico sobre as vontades, visíveis e invisíveis, da criação da Universidade Pública de Viseu, com início em mil, novecentos e noventa e um, nunca concretizadas em substância, deixa nos viseenses um profundo sentimento de tristeza e insatisfação. Trata-se, sem dúvida, de uma decisão extremamente ingrata e injusta dos diferentes governantes do nosso país, provavelmente, os resultados parecem-no demonstrar, devido à incapacidade partidária e ao défice de sintonia inter-partidária loco-regional e há baixa consideração dos governantes do Poder Central para com as pessoas de Viseu. A variabilidade está bem presente no percurso histórico da criação da universidade! Senão vejamos: vários foram os modelos propostos para a Universidade Pública de Viseu; vários foram os protagonistas, ilustres, alguns deles nesta Assembleia, que desenvolveram esforços intensos para que tal se concretizasse; vários foram os momentos que permitiram alimentar a esperança da criação da Universidade Pública de Viseu; vários foram os agentes de decisão que prejudicaram a região; vários foram, e são, os argumentos dos políticos, e dos partidos políticos, que procuram justificar e ilibar as decisões dos seus governos pela não criação da Universidade Pública de Viseu. Vários e vários são os cidadãos da região de Viseu que estão desiludidos com a incapacidade política local pelo facto de não ter conseguido criar uma nova centralidade de ensino superior, estruturante, que complementasse a já existente e contribuísse para uma maior universalidade do conhecimento. Vários foram os momentos em que a decisão do governo foi a não criação da Universidade Pública de Viseu. Face ao exposto, após as sucessivas decisões negativas, justifica-se a persistência na reivindicação da Universidade Pública de Viseu? Em minha opinião, sim. Desde que a mesma promova o desenvolvimento do conhecimento em áreas científicas complementares às existentes nos diferentes ciclos de estudo - licenciaturas, mestrados ou doutoramentos. Nós, por exemplo, com a Faculdade de Medicina, tal como a nossa cidade, seríamos eternamente bonitos. Podemos, então, questionar-nos! Quais os caminhos a percorrer para a sua concretização. Como se consegue esse desfecho? Nós sabemos que por vezes um mais um não são dois, quando as contas estão erradas. Contudo, a adopção de uma estratégia concertada de aprendizagem, com recurso ao sinergismo de potenciação e uma monitorização constante e atenta, que diminua a possibilidade de erro, parece-me a mais indicada. Isto é, a utilização de uma fórmula com base num somatório contínuo de todas as vontades regionais, pessoais e partidárias, formais e informais. Mas, para além da mudança de estratégia em relação à criação e reivindicação da Universidade Pública de Viseu, não podemos descurar a valorização, o enaltecimento e, também, a reivindicação contínua para as instituições de ensino superior da nossa terra. As instituições que têm promovido o conhecimento científico e, simultaneamente, se apresentam como motores da actividade económica e social, designadamente: o Instituto Politécnico de Viseu, a Universidade Católica Portuguesa, o Instituto Piaget e o Instituto Superior de Ciências Educativas de Mangualde. No entanto, espelhado no pedido de criação da Universidade Pública de Viseu, o que nós reivindicamos é mais ensino superior público para Viseu. E esse, ontem, hoje e no curto e médio prazo, está enraizado, de forma sustentada, no Instituto Politécnico de Viseu, uma instituição



pública especializada nas áreas tecnológicas, engenharias, ciências agrárias, gestão, e saúde. Uma instituição de referência regional e nacional, e um dos maiores empregadores da região. Uma instituição que tem demonstrado uma evolução favorável ao nível da qualidade ensino, das actividades de investigação, desenvolvimento e inovação, do empreendedorismo e da internacionalização, que tem florescido, de forma extraordinária, em várias frentes. Uma delas o ensino, permitindo a formação profissional, técnica e científica do seu capital social. Outra a investigação, a base para a busca e descoberta do conhecimento científico. Aqui, e agora, devo registar a avaliação de BOM, atribuída pelo Funda da Ciência e Tecnologia, ao Centro de Investigação do Instituto Politécnico de Viseu, o que lhe permitiu obter um apoio financeiro anual de cento e cinquenta mil euros para projectos de investigação. Como sabemos, é através da investigação que a ciência se desenvolve em busca do conhecimento da realidade. Finalmente, mas não necessariamente em último lugar, considera-se como importante a extensão do politécnico, cada vez mais visível, materializada na prestação de serviços à comunidade e na integração com a mesma. Um percurso, sem qualquer equívoco, que enche de orgulho a cidade e a região. Podemos mesmo dizer que “a atitude do Instituto Politécnico de Viseu, cada vez mais notória e notada, no âmbito da investigação, torná-lo-á insubstituível”. Há, no entanto, dois predicados fundamentais para que tal aconteça: a formação avançada dos docentes e a existência de novos equipamentos e espaços físicos estruturantes. No primeiro caso o Instituto Politécnico de Viseu possui um corpo docente qualificado, prevendo ter dentro de dois/três anos mais de sessenta por cento de doutores. Em relação aos equipamentos e espaços físicos qualificados, para além da reivindicação dos corpos dirigentes da instituição, deve haver um reivindicar, constante e concertado, das forças políticas, para que a principal instituição pública de ensino superior de Viseu, com quatrocentos professores a tempo integral, seis mil e quinhentos alunos e duzentos e cinquenta funcionários, melhore a sua performance no futuro. O IPV tem consciência da importância que a formação avançada tem no ensino, investigação e transferência de conhecimento e tecnologia. Por isso, neste momento, o esforço financeiro do Instituto Politécnico no apoio à formação avançada do corpo docente para a conclusão do doutoramento é notável, englobando oitenta e dois docentes. Esperamos ver reciprocidade dos governantes nas outras vertentes. Permitam-me que, de novo, referencie a importância da criação de novos ciclos de estudo, complementares aos existentes, e que seriam mais valias para o IPV e conseqüentemente para os nossos jovens e cidadãos da região. Por exemplo, a Escola Superior de Saúde de Viseu, no âmbito da saúde, ainda não viu aprovado qualquer outro curso, apesar dos esforços desenvolvidos e das propostas apresentadas. Como nota final deixo-vos os seguintes parágrafos para reflexão. O Ensino Politécnico em Portugal tem conseguido uma evolução notável e muito tem contribuído para a elevada qualificação de nível superior dos portugueses, apesar de ter que lutar, ao longo dos anos, com maiores dificuldades que o outro sistema de ensino superior que com ele compete, o universitário. O Ensino Politécnico detém hoje um corpo docente de elevadíssima competência científica e pedagógica. Na nossa região, ao nível do ensino superior, o IPV é uma centralidade estruturante e insubstituível. O sistema binário de ensino superior público é muito bem-vindo à região, contudo, a sua concretização, uma enorme valia estruturante para o seu desenvolvimento, deve ser feita de forma a não pôr em causa o ensino superior existente, de qualidade, construído com um esforço notável dos viseenses e que, em abono da verdade, tem sido um dos grandes promotores do desenvolvimento em Viseu. Às pessoas e às instituições que de uma ou outra forma se empenharam, e irão empenhar, para que a complementaridade do Ensino Superior em Viseu venha a ser uma realidade, deixo o meu testemunho público de reconhecimento. E agora termino, animado com um elevado espírito de concretização e de trabalho a favor da comunidade viseense, com o desejo aos meus concidadãos de um bem-aventurado ano



de dois mil e dez”. -----

- **MESA** – Dá a palavra ao Senhor Deputado Pedro Ruas. -----

- **SETE** – **SENHOR DEPUTADO PEDRO NUNO PEREIRA DE CARVALHO RUAS (PSD)** – No uso da palavra intervém dizendo o seguinte: “Eu queria apenas fazer uma pequena interpelação ao Deputado Correia de Campos, perguntando o seguinte: uma que vez teve o cuidado de citar as palavras precisas que o Presidente da Câmara fez, e aí até abriu aspas, eu gostaria perguntar se Mariano Gago quando decidiu não fazer a Universidade Pública e cumprir a resolução de Conselho de Ministros, não disse que não havia Universidade Pública, Faculdade, ou Curso? E a verdade é que isto veio a existir à posteriori. E a verdade é que uns são filhos e outros são enteados e temos visto sempre o mesmo caminho, sempre em detrimento de Viseu, portanto, não vale a pena estarmos aqui a branquear a realidade, porque a realidade é esta, o Ministro disse uma coisa e este mesmo Ministro veio a fazer outra. Tenho dito”. -----

- **MESA** – Dá a palavra ao Senhor Deputado Manuel Teodósio. -----

- **OITO** – **SENHOR DEPUTADO MANUEL TEODÓSIO MARTINS HENRIQUES (PSD)** – Pede a palavra para intervir da seguinte forma: “Votos de um bom dois mil e dez. A minha vinda aqui, assim a pretendo, seja clarificar de uma vez por todas, não só quem está dentro desta sala, mas também quem está lá fora, sobre a verdadeira dimensão e a verdadeira realidade deste assunto que é de veras importante para Viseu concelho, mas para Viseu região e que nos faz vir aqui propositadamente, que nos fará vir aqui as vezes que forem necessárias até que “a voz nos doa” como diz o poeta. Mas o que temos que clarificar aqui e para que não surjam dúvidas é o seguinte, a decisão de criação, ou não, ou de encerramento de universidades ou de estabelecimentos de ensino superior público é da única e exclusiva responsabilidade dos governos. Não é a pedido de autarquias todas que as outras universidades existem no país, foi sempre uma decisão de quem governava o país, portanto, que fique de uma vez por todas claro que há obrigatoriedade de Viseu ter que apresentar projectos para que venham a ser aprovados, porque este não é o caminho normal. Mas porque já foi feito aqui, não vou de alguma forma estar a repetir o historial nestes últimos vinte anos, mas dizer que nos primeiros dez destes vinte anos nós ouvíamos por parte de quem estava à frente, a nível nacional, o discurso de que não havia Universidade Pública para Viseu, porque em Viseu as pessoas não se entendiam, não estão todos de acordo, porque havia quem queria e não queria. Eu não sei se isto é verdade se não é, mas também estou, como o meu colega aqui do CDS/PP, pouca importância tem neste momento, porque temos que fazer um caminho para a frente e não para trás. Mas é bom termos a noção de se houve uma altura em que parecia que Viseu não tinha vozes a dar o seu som no mesmo sentido, vemos que nos últimos quinze anos isso não é verdade. E nos últimos quinze anos Viseu, mais do que uma vez, apresentou de uma forma coordenada com a outras estruturas vivas da cidade de forma a não colidir, porque também foi sempre uma postura do PSD e diga-se, desta Assembleia Municipal desde sempre, o interesse em defender todas as outras instituições que já existem em Viseu e na região. Isso sempre foi devidamente acautelado e por isso foram feitos projectos, devidamente acautelados, para com as instituições e para com as realidades. Apresentaram-se projectos em áreas, digamos, terreno virgem, a nível nacional para não fazer cópias de outras universidades ou de outros modelos, ou seja, fez-se muito mais do que aquilo que seria exigido. E a questão é que constatamos que tendo essa postura continuamos a não ter. Se antes havia a desculpa que as pessoas não se entendiam, essa desculpa não existe agora. Parece que agora veio uma nova desculpa, a desculpa de que os tempos são outros, as filosofias são outras e como tal, as coisas agora deverão andar de uma forma diferente, se calhar alguns retrocessos, não sei se é se não é. O que quero deixar aqui claramente é que não nos parece, infelizmente não nos parece, porque o tempo e os actos assim nos têm dado essa certeza, que a criação ou não da Universidade Pública



de Viseu, esteja dependente de apresentação de candidaturas devidamente estruturadas. Se elas já o foram e deram o resultados que deram, obviamente, que temos aqui a certeza que não. A certeza depende da vontade política nacional de a criar ou não. Por melhores projectos que a gente faça, projectos que poderão ser líderes a nível mundial, se a vontade política do Governo for de não criar, obviamente que ela não será criada. O facto de, conforme o Partido Socialista hoje aqui apresenta, a proposta da criação de uma comissão para analisar, para reunir, para estas coisas todas, nós já estamos a ver qual é o objectivo do filme, isto é a jogada futebolística, aquilo que se diz dos italianos, que é segurar a bola ao meio campo, ou seja, é andarmos aqui mais uns meses entretidos, mais umas reuniões aqui a desgastarmo-nos uns com os outros, a fazer mais trabalhos, mais projectos, mais dinheiro gasto pelas instituições para que depois aconteça o que aconteceu. Portanto, clarifiquemos as coisas, neste momento no papel está criada a Universidade Pública de Viseu, ponto. Está criada! Não há necessidade de criar a Universidade Pública no papel. Agora, se há vontade política de dar andamento a este projecto que está ali que o dêem, não estamos dependentes desta situação, por isso, é necessário ser claro, os viseenses merecem e têm direito a saber claro é se há ou não, vontade política de criar a Universidade Pública de Viseu, se há, ou não, vontade política de criar uma outra organização. Já agora também, que fique bem claro, mais uma vez digo que não queria andar muito para trás, mas para frente, mas vamos ser claros. O Partido Socialista está no Governo nos últimos quinze anos, exceptuando dois anos e meio, os últimos quinze anos tem sido de liderança do Partido Socialista, e se a criação, assim como o encerramento das universidades, ainda há pouco tempo vimos que os governos têm poder para encerrar universidades, que encerraram duas, portanto, prova provada de que podem encerrar, prova provada de que podem também abrir. Houve este tempo todo para que, se o modelo do Partido Socialista era diferente do modelo aprovado do Partido Popular Democrata e do PSD quando estiveram coligados no Governo, teve este tempo todo para fazer um desenho à sua maneira e de o pôr aqui a funcionar. Aliás, eu tenho a noção, porque também estava aqui nessa altura na Assembleia, de quando veio esse projecto que era do pólo da Universidade de Aveiro, nunca nos agradou a ideia do pólo, que não concordávamos com a ideia do pólo, mas nunca dissemos que éramos contra. O nosso projecto não era através de pólos, era a criação de uma Universidade, mas sempre foi dito, se o Governo do Partido Socialista quiser vir implementar através dum pólo obviamente, que o venham. Aliás, vê-se, nem nós tínhamos capacidade para o poder impedir, nós Assembleia Municipal, nós Câmara, portanto, se o Governo quiser colocar em Viseu uma extensão, chame-se pólo, unidade orgânica, dêem os nomes que quiserem, de Universidade da Beira Interior, de Aveiro, de Coimbra, de onde quiserem, pode fazê-lo amanhã, porque não está dependente duma decisão nem camarária, nem da Assembleia Municipal. E não é pela Câmara estar a favor ou estar contra, de nós estarmos a favor ou estar contra, que eles podem o não podem implementar. Podem! Aliás, contra a nossa vontade toda não tem sido feito, portanto, não é em função da nossa vontade. O que o PSD quer deixar aqui hoje bem claro, a questão é assim: se há, se não há abertura para criar a Universidade Pública, parece que não, qual é o projecto claramente que o Partido Socialista e este Governo tem para esta situação de Viseu? Porque o que é inadmissível e começa a ser gritante, até em termos da própria Comunidade Europeia, qualquer dia servir quase de anedota, é que Viseu é referenciada, a nível nacional, como um pólo dinamizador, de projecto, de evolução, de exemplos para todos e que aquilo é fundamental para dar sustentabilidade a isto tudo que é o Ensino Superior Público, porque sabemos que atrás disto vêm todos os outros investimentos, relembramos do projecto que tínhamos com a Siemens, para onde é que foi deslocalizado. Foi deslocalizado para a cidade de Braga, portanto, poderíamos ter isso aqui. Estão-nos a ser coarctadas essas situações, ou seja, somos um exemplo de tudo que depende de nós. Esta questão que é estruturante para a fixação de saber superior,



fixação de tecnologia superior, até para o empreendedorismo e para o mundo empresarial, obviamente, que aqui estamos coarctados com o facto de não o termos. O repto que deixamos aqui, não depende de nós, porque se dependesse de nós o faríamos, se houvesse necessidade de irmos ao pé-coxinho todos daqui até ao Rossio, íamos todos ao pé-coxinho, portanto, não depende de nós infelizmente, se dependesse de nós o problema estava resolvido. O que nós queremos saber é, de que forma é que o Governo quer dar uma solução às gentes de Viseu? E qualquer que ela seja, mesmo que nós não concordando com ela na sua plenitude, estamos certos de que terão todo o apoio para vir, porque mesmo não sendo o que a gente quer não nos vem fazer mal nenhum, muito pelo contrário. Tudo o que tenha a ver com o ensino superior, o Governo Socialista que traga o que entender que tem que trazer, não venha é com estas desculpas, com estas teorias, porque com isto não vamos a lado nenhum. E por isso, penso que ficou claro que o Partido Social Democrata não pode aprovar de alguma forma, entrando na discussão da Moção, esta questão de mais uma vez estarmos aqui a reunir, a discutirmos uns com os outros, porque efectivamente, somos impotentes para resolver o problema, se não o fôssemos estaríamos cá vinte e quatro horas consecutivas com toda a certeza. Muito obrigado”.

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado António Vicente. -----  
 - NOVE – SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO VICENTE DE FIGUEIREDO (PSD) – No uso da palavra faz a intervenção seguinte: “Eu peço a palavra, porque primeiro gostava de questionar o Deputado Correia de Campos por algumas afirmações que fez na sua intervenção e depois, também, porque gostava recordar aqui algumas passagens deste longo processo da criação da Universidade Pública para Viseu, que na minha perspectiva, não começou apenas em noventa e um. Começou desde logo quando Viseu deixou fugir a oportunidade para Aveiro, da criação da Universidade que hoje é um pólo de desenvolvimento daquela cidade, daquela região. E gostaria também de recordar algumas posições que foram aqui assumidas, neste Órgão Municipal, por dirigentes distritais de partidos, nomeadamente do dirigente distrital do Partido Socialista de Viseu, que efectivamente, por um lado defende, ou defendeu em determinada altura a criação de uma Universidade Pública, colocou-se ao lado dos viseenses até em manifestações que por aí foram promovidas, mas que a partir de determinada altura, não apenas dirigente do Partido Socialista, falo do Presidente Distrital do Partido Socialista, como também de outros dirigentes do Partido Socialista, a partir de determinada altura deixaram pura e simplesmente de falar na necessidade de termos uma Universidade Pública para Viseu. Relativamente às questões que eu gostaria de deixar ao Doutor Correia de Campos é se, encontrando-se disponível para honrar os compromissos, entende que a não criação, enfim, da dita Unidade Orgânica de Aveiro, pólo para Viseu, que na perspectiva do PSD não traria nada de novo e que mesmos passados aqueles seis anos que poderíamos depois evoluir para criação de uma universidade, o que nós nunca acreditámos, mas se esse compromisso que foi assumido pelo Partido Socialista foi de deveras concretizado, ou seja, nós vimos que houve uma promessa de criação de uma Unidade Orgânica, só que esse compromisso não foi assumido. Eu digo sinceramente, eu estou cansado de ler nos jornais e estou cansado de ouvir de determinados membros com responsabilidades no distrito e na região, estou cansado de virem com esse argumento falso de que foi o PSD que não quis a Unidade Orgânica da Universidade de Aveiro. Sabem perfeitamente, e sobretudo a nível concelhio, é uma mentira o que dizem, porque a nível concelhio, neste Órgão, eu e outras pessoas dissemos isto: podemos não concordar, mas tudo o que vier para melhorar o ensino superior e tudo o que vier para Viseu, que seja do interesse dos viseenses, nós abrimos os braços. Agora, evidentemente, essa não é a nossa opção, mas estamos abertos a qualquer opção que venha em termos de propostas de ensino superior para a cidade. O que é certo é que depois prometeram, mas nada avançou. Relativamente a uma outra questão que colocou, que tem a ver com o lamento, eu acho muita piada, “lamentamos a



decisão, que tenha sido abandonada pelo Governo de Durão Barroso”. Então não lamentou todos estes anos de atraso do Partido Socialista? Foi dito aqui, há bocadinho, “quinze anos de Governo Socialista”. Não lamenta que não tenha havido uma posição do Partido Socialista para dar a Viseu uma instituição de ensino superior pública? Eu não vi ainda nenhum lamento! Depois, o Senhor já não é a primeira vez, nem a segunda, nem a terceira, se tivermos o cuidado de ler as actas desta Assembleia Municipal, o Senhor qualquer coisa que nós digamos aqui sobre a defesa dos interesses legítimos dos viseenses, o Senhor considera sempre que é, eu tomei nota das palavras, um queixume, um ressentimento, um protesto. Nós também começamos a ficar cansados disto! Dá a impressão que nós não podemos como munícipes que somos, eleitos pelos viseenses, não podemos reivindicar da Administração Central aquilo que é devido a Viseu, só faltava essa! Eu rematava esta primeira parte dizendo o seguinte, falemos de ética na política, mas não ignoremos nunca qual é a nossa função neste Órgão Autárquico. Nós fomos eleitos para discutir, para defender e para lutar pelos interesses do nosso concelho e a reivindicarmos a criação de uma Universidade Pública, estamos a fazer isso. Ao silenciarmos, ao omitirmos, não estamos a defender os interesses do nosso concelho. Voltando então, e rapidamente a algumas afirmações que foram feitas, eu passo a citar: em mil novecentos e noventa, o Senhor Presidente da Câmara iniciou aqui o relato, e muito bem, de alguns passos importantes desde mil, novecentos e noventa e um. Mas eu tenho aqui uma acta desta Assembleia Municipal que passo a citar, palavras do Deputado José Junqueiro, que já na altura era Presidente da Distrital do PS: “Temos assistido ao longo destes anos a um debandar permanente dos nossos jovens, que vão à procura de novos conhecimentos fora da região, por não terem aonde estudar na nossa cidade”. E foi exactamente este argumento que levou aquele *show off*, aquela encenação, de propaganda política, ali na avenida que dá para o Rossio. Quando foram chamados aqueles jovens e lhe foi perguntado: para aonde é que vocês têm de ir estudar quando chega a altura de entrarem no ensino superior? Foi exactamente isso! Depois, todos nós sabemos qual foi o resultado desse *show off*. Continuando, depois mais à frente, dizia o Senhor Deputado: “Outros defenderão que a solução passa pela defesa intransigente junto do Poder Central, da criação de uma universidade em Viseu, mas será isto que nos interessa?”. E mais à frente diz: “A criação da universidade em Viseu deverá ser uma constatação de facto. As autarquias do distrito, os parceiros económicos e as escolas já existentes deverão eleger este objectivo como prioritário”. Isto em mil, novecentos e noventa, nós estamos em dois mil e dez, foi prioritário para o líder da Distrital do Partido Socialista em noventa. Não sei se os Senhores ouviram mais alguma intervenção do Senhor Deputado José Junqueiro, agora Senhor Secretário de Estado, mas na altura Deputado Municipal nesta Assembleia, sobre esta prioridade que era a constituição, ou a criação de uma instituição de ensino superior. Eu desconheço. Queria também referir que a criação da universidade pública, já aqui foi dito, mas eu repito, porque é importante que nós saíamos aqui com a clareza de espírito que nos leva a dizer que isto que é uma decisão política! E como tal, nós temos que dizer aos nossos políticos, não decidiram atempadamente sobre o que interessava a Viseu. Estamos a falar de políticos ligados à Administração Central e neste momento também não me importa saber de que é a maior ou menor responsabilidade. Eu assumo aqui que, se o PSD cometeu alguns erros, que os cometeu também, nomeadamente em determinado momento, o PSD cometeu-os, mas o PS cometeu muitos mais, não apenas porque está há mais tempo no poder, mas efectivamente, teve oportunidade de criar a Universidade Pública para Viseu e não o fez. Começo desde já, por referir a tal decisão política em determinados momentos precisos: primeiro – a criação dos tais dois Institutos de Ciências da Saúde em Braga e na Covilhã, que não radicou na necessidade de formar mais médicos e outros técnicos de saúde. Nós sabemos e se formos ler a tal resolução número cento e quarenta/noventa e oito de quatro do doze de noventa e oito, é dito de uma forma muito



clara, que o facto de terem colocado um dos Institutos na Covilhã se deveu a uma opção de desenvolvimento do interior do país. E sabemos perfeitamente que foi, porque havia necessidade, com este Instituto de desenvolver uma região de periferia, do interior, que foi lá colocado o Instituto de Ciências da Saúde. A mesma situação não foi, pelos vistos, contemplada para dar a Viseu aquilo que Viseu se propôs através de um interessantíssimo estudo coordenado por Sua Excelência, o Professor Doutor Correia de Campos. Depois, veio também a aprovação da Universidade Pública através da resolução sessenta e sete de dois mil e quatro, no tempo de Durão Barroso. Pois é, é outra decisão política e porque é que esta decisão não foi concretizada? Vou só recordar, o Governo de Durão Barroso caiu e depois veio um novo Governo Socialista e entendeu que, este modelo proposto pelo Partido Social Democrata não servia, ou seja, reconhecemos mais uma vez que os dois Partidos maioritários e que se têm alternado em termos de governação, nem sempre cumpriram o seu papel. Mas aqui nesta Assembleia Municipal, que não haja dúvidas, nós sabemos perfeitamente de que lado é que estiveram aqueles que mesmo contra, o seu poder, o seu governo, sempre se manifestaram a favor da Universidade Pública. Eu não preciso de apontar nomes, mas toda a gente sabe quem foram, afrontando os membros do seu Partido. Muitas vezes, criando até alguns problemas, que tinham responsabilidades e não foram bem vistos por terem defendido esta justa reivindicação. Da parte doutros membros desta Assembleia, nem sempre vimos essa mesma postura. Penso que estará concluído. Muito obrigado”.

- MESA – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, profere as seguintes palavras: “Muito obrigado Senhor Deputado. Eu não tenho mais nenhuma inscrição. Eu também gostava de intervir sobre esta matéria, mas obviamente, queria primeiro dar a palavra a todos os Senhores Deputados de falarem nesta primeira ronda. Se não houver mais nenhuma inscrição eu iria usar da palavra na minha qualidade de Deputado Municipal”.

- DEZ - SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO JOAQUIM ALMEIDA HENRIQUES (PSD) – Intervém para dizer o seguinte; “Obviamente que não podia deixar, num tema desta importância, de dar o meu contributo ao debate que aqui se está a fazer. Começaria, exactamente, por felicitar o Senhor Presidente da Câmara, porque acho que é de grande oportunidade, face a uma oportunidade surgida, pedir para que o Órgão seja convocado para no local aonde estão os representantes dos vários Partidos Políticos e no local por excelência para o debate político no concelho, possa haver lugar à expressão destas vontades, até para que os nossos concidadãos possam saber o que é que cada um pensa e que soluções é que apresentamos. Queria também começar por realçar, acho que o Senhor Presidente da Câmara fez muito bem em começar a sua intervenção com a cronologia dos factos, porque quem olhar para os factos tem que chegar, forçosamente, às mesmas conclusões. O Senhor Presidente da Câmara fez aqui uma cronologia de vinte anos, vinte anos dos quais quinze anos são de governação socialista. Este é um facto que ninguém pode contestar. Há aqui, desde logo, um aspecto que se realça, em cada momento é preciso pôr em causa o que está, mas é preciso encontrar soluções. Se nós verificarmos, o que é que verificamos? O Senhor Presidente referiu que em noventa e um houve um estudo prévio de viabilidade e sabemos, que de facto, houve um Ministro do Professor Doutor Cavaco que veio a Viseu dizer que “as universidades não se criam como tascas”. Recordo-me perfeitamente, portanto, há que assumir que esse facto aconteceu e que reprovámo-lo na altura. É com frontalidade que temos que tratar das coisas! A verdade é que o Engenheiro Guterres vem a Viseu e de noventa e cinco a dois mil e um, estamos a falar de seis anos. Aquilo que conseguiu produzir foi um pólo da Universidade de Aveiro. Foi isso que conseguiu produzir. O PSD assume o poder e acha que esta não é boa solução em concertação com os agentes locais. Convém referir, que na altura, todas as entidades locais participaram no encontrar de uma solução: as associações empresariais, as autarquias locais, os vários representantes, toda a gente participou nesse processo. E depois desse



período, apareceu o chamado “Projecto Veiga Simão”, que do meu ponto de vista, continua a ser um bom projecto hoje. Continua a ser um bom projecto com uma excelente valia, porque tinha, desde logo, um mérito, era o mérito de conseguir estruturar uma solução envolvendo as várias Instituições de Ensino Superior em Viseu. Segundo mérito, criar uma escola de estudos avançados que nos permitiria entrar no domínio dos mestrados e dos doutoramentos em áreas como: a medicina, biotecnologia e outras, portanto, áreas tecnológicas, áreas avançadas daquelas que são contra. Outro mérito que tinha, era o facto de encontrar um novo modelo de governo para o Ensino Superior em Viseu. Muito bem, o Partido Socialista, legitimamente, infelizmente o PSD não teve o tempo do governo que seria necessário, reparem que a decisão do PSD nessa altura ocorre mais ou menos a meio do mandato, o que numa situação normal haveria um ano e meio para executar esse projecto. O Governo, se todos conhecemos as vicissitudes, e aquilo que aconteceu de seguida é que efectivamente, e eu recordo-me porque fui o protagonista, na Assembleia da República num determinado dia na discussão do programa do Governo, aliás, na presença do Ministro também da Saúde, questionei directamente o Primeiro-Ministro perguntando se na legislatura ia haver ou não universidade pública. E foi de facto, um momento triste para Viseu quando o Senhor Primeiro-Ministro disse: “Durante esta legislatura não haverá Universidade Pública”. Agora, nós não podemos na política fazer política de “terra queimada”. Não podemos dizer que não concordamos com um modelo se não apresentarmos uma alternativa. Acho que o pecado capital, e tem que ser assumido pelo Partido Socialista, quer queiramos quer não, e não é estar aqui a chutar a bola de um lado para o outro, a verdade é que durante cinco anos o Partido Socialista disse que não queria aquele modelo, mas também não apresentou nenhum e estamos neste momento num impasse, isto é, estamos já com outro Governo empossado e o Senhor Presidente da Câmara tem uma audiência com o Senhor Ministro da Ciência e Ensino Superior e o Senhor Ministro da Ciência e Ensino Superior o que diz que não há Universidade Pública para Viseu, mas também não apresenta soluções. Então mas como é que nós podemos montar a nossa estratégia, se não podemos saber o que é que da parte do Poder Central, Viseu pode esperar? E recordo aqui algumas questões: nós temos três Instituições de Ensino Superior em Viseu: temos o Instituto Piaget que não é de delegação do Senhor Deputado Correia de Campos, é a sede do Instituto Piaget que por acaso está em Viseu, que tem um projecto, por exemplo, para a criação de uma faculdade de medicina, inclusivamente, recebe todos os anos alunos de Angola que fazem o estágio aqui no Hospital de São Teotónio de Viseu, é um facto! Eu só vos estou aqui a relatar factos, não estou a fazer defesa de modelos; temos uma Escola Superior de Saúde, como já aqui foi referido, com vários cursos solicitados ao Ministro do Ensino Superior, que ao longo de cinco anos, não viu uma única aprovação de um curso novo a ser de pós-graduações, isto é, ensino de licenciaturas não viu nenhuma licenciatura aprovada ao longo destes cinco anos e temos um outro facto, temos uma Instituição, esta sim, privada, mas de cariz público, que é a Universidade Católica que tem uma Faculdade de Medicina, Medicina Dentária e conceituada até, diga-se de passagem, para além da de Arquitectura. Nós também não estamos no zero, mas temos, de facto, um conjunto de Instituições em Viseu de referência com determinados predicados. Agora, há um facto que é este, neste momento concreto temos uma realidade, é a falta de vontade política dum Governo para resolver este assunto. E temos outro facto, os agentes locais, os autarcas, as instituições que se têm pronunciado sobre este assunto a quererem encontrar um caminho, afinal o que é que vamos fazer? Senhor Presidente, nós temos que encontrar uma solução, porque já cheguei a uma conclusão, se esperarmos que o Governo vá encontrar uma solução, podemos esperar sentados. Aquilo que se verifica é que, ou criamos aqui um facto novo que leve o Governo a mudar de opinião, ou se não criarmos um facto novo, vamos andar aqui a reivindicar a Universidade Pública sem chegarmos a uma conclusão e portanto, eu acho



que um Órgão como a Assembleia Municipal também tem que dar aqui um “pontapé de saída” para encontrar essa mesma solução. Obviamente que, eu também concordo com o que já aqui já foi afirmado. Quem está no exercício do poder é que tem que encontrar as soluções, mas infelizmente, ao longo destes cinco anos, quem estava no exercício do poder não encontrou soluções. Não vi o Governo, nem vi o Partido Socialista com os seus responsáveis, a suscitarem reuniões com a sociedade civil, para encontrar uma solução. Esse é que devia ser o caminho que devia ter sido seguido. Agora, se não foi, também não podemos cruzar os braços, porque não nos vai cair em cima. E tenhamos consciência de uma coisa, se há projecto estruturante que Viseu precisa neste momento, é olhar para o seu ensino superior numa lógica perspectiva virada para o futuro, isto é, Viseu precisa como de “pão para a boca” de encontrar um novo modelo que por um lado permita a concertação entre estas três entidades, que permita uma lógica proactiva. O Instituto de Investigação, obviamente, do Politécnico, é um bom arranque, mas insuficiente, manifestamente insuficiente, portanto, na área da inovação nós temos que apanhar esse “cavalo”, digamos assim. Na vertente do empreendedorismo também há algum deficit, convínhamos, e a génese do empreendedorismo tem que ser essencialmente gerada no âmbito do Ensino Superior. Para concluir, eu penso que a nossa responsabilidade, enquanto actores políticos, é de então tomarmos o “freio nos dentes”. A metodologia Senhor Presidente, não sei qual será a melhor metodologia, agora, com o Governo com certeza que não. Agora, uma Comissão, eu recorro, nós já temos um activo! Se nós analisarmos e pusermos uma equipa a trabalhar sobre isto, nós já temos, pelo menos, quatro documentos: temos o documento de noventa e um; temos o documento do pólo da Universidade de Aveiro; temos o documento de candidatura à Faculdade de Medicina e temos o documento Veiga Simão. Temos aqui já um activo, e com certeza que cada um destes documentos terá ainda aspectos positivos nos dias de hoje, portanto, há aqui material por onde nós possamos pegar. Dando aqui um contributo positivo para o encontrar de soluções, eu acho que nós... Também não concordo que a Comissão que o Professor Doutor Correia de Campos aqui propõe, que vá levar a alguma solução, sinceramente não me parece. Nós poderíamos constituir aqui uma Comissão, no âmbito da Assembleia, que iria reunir, iria pensar, nós não somos especialistas sobre estas matérias. Nós somos agentes locais e agentes políticos não somos, propriamente, os detentores de toda a informação que nos permita apontar um caminho. Eu diria mais, e confesso que me está a ocorrer neste momento e vou dizê-lo, porque enfim, estou a procurar abordar este assunto com toda a genuidade do pensamento, se não seria de recorrer a três ou quatro peritos que tivessem estado envolvidos neste processo e convidá-los, para em conjunto connosco, encontrarmos uma solução que fosse uma solução conjunta de Viseu e que aí houvesse quase aqui um “pacto de sangue”, porque afinal de contas é o nosso próprio desenvolvimento que está em causa. Houvesse aqui quase um “pacto de sangue” que vamos penalizando, assumindo as responsabilidades, porque atenção, e estou a olhar para a bancada do Partido Socialista, há aqui grandes responsabilidades, e era bom que o Partido Socialista as assumisse, mas eu neste momento estou muito mais preocupado, e penso que todos estamos muito mais preocupados, em encontrar uma solução para o futuro. Eu acho que essa solução se não for apresentada ao Poder Central, porque é ele que tem o poder de decisão, dizendo assim, este é o modelo que nós queremos, eu temo que nós daqui a quatro anos vamos continuar a falar deste assunto, daqui a oito, daqui a doze. Confesso, como agente político, vários têm sido os cidadãos que me abordam dizendo que estão cansados de ouvir falar desta matéria e portanto, eu acho que também é tempo de “ou sim ou sopas”, não é? Ou vamos por um caminho e vemos que o Governo tem vontade política de face a um conjunto de pressupostos aprovar uma solução, não tem vontade política, temos que partir para outras, dizendo ao Partido Socialista para assumir responsabilidades. Deixava um pouco este contributo, que é também um contributo



positivo não como criar aqui, mas eventualmente irmos para um caminho de pedirmos a ajuda de quatro ou cinco pessoas, uma delas o Professor Doutor Correia de Campos, porque acho teve ali um papel determinante quando foi da questão da Faculdade de Medicina, e com pena nossa, a decisão que o Partido Socialista tomou na altura; a pedir, por exemplo, ao Professor Doutor Borges Gouveia, que esteve ligado ao projecto da Universidade de Aveiro; pedir ao Professor Doutor Veiga Simão, que esteve ligado ao Projecto Veiga Simão, e mais um, ou outro, que eventualmente, nos pudessem dar aqui uma ajuda para encontrar uma solução que merecesse da nossa parte apresentarmos ao Governo a dizer assim: este é o modelo que nós queremos seguir. E então se o Governo não quiser, temos que tirar as ilações políticas. Este era um contributo positivo que eu gostava de deixar, porque também entendo que a nossa Assembleia hoje, ou aponta um caminho e também acho que também, já agora, Doutor Carlos Vieira, não me parece que deixar já de uma forma, apontar desde já, caminho é desenvolver o Politécnico, até pode ser! Eu acho que neste momento nós devemos ter a mente aberta para encontrar uma solução, mas nesta Assembleia aprovar já uma Moção que diga ficamos vinculados a que se transforme o Politécnico na futura Universidade Politécnica, acho que não estamos na posse, todos nós neste momento, dos dados que nos permita tomar essa decisão e se esta Assembleia o aprovasse ficava vinculada essa decisão. No fundo, o apelo que fazia era que com bom senso chegássemos aqui a uma plataforma que nos permitisse dar o passo seguinte. Era basicamente este contributo que eu gostava de vos deixar”. -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. -----

- ONZE – SENHOR PRESIDENTE DO EXECUTIVO CAMARÁRIO – Intervém para dizer o Senhor: “Senhor Presidente, quero usar da palavra para deixar aqui a posição vincada da Câmara. Eu achei, quando vinha para aqui para este debate, era exactamente para incluir e para deixar o problema no âmbito da Assembleia Municipal. Eu gostaria de vos dizer que em relação à Câmara já não há nenhuma confusão. Eu não preciso de nenhuma comissão, o caminho foi indicado, todo o caminho está indicado. Neste momento, toda a gente sabe qual é a posição de Viseu. A “bola” está do outro lado! Que não haja nenhuma confusão de meter outra vez a “bola para aqui” para iniciarmos um jogo que já foi jogado. Os dados estão perfeitamente claros, perfeitamente definidos! Eu gostaria de dizer mais, tinha-me limitado ao papel quase de expor a situação, e digamos, não voltar a intervir, dar o papel à Assembleia Municipal, mas há coisas que eu não posso deixar de trazer aqui. Uma primeira, um esclarecimento, o Senhor Deputado Correia de Campos fez aqui algumas explicações, que lhe são muito habituais, e quase que nos dava a entender que o Governo até gosta mais e tem muito mais consideração pelo PSD local de que por ele próprio. Vejam o que é que aconteceu, tudo vai desembocar, o PSD não quis e portanto, o Governo não criou. O Senhor Deputado Correia de Campos cria a Faculdade de Medicina e o Governo não quis. Está perfeitamente provado que o Governo faz aquilo que tem no programa, portanto, para umas coisas serve o programa do Governo para argumentar contra tudo e contra todos, depois, com o programa do Governo vamos criar uma comissão. Eu não embarco nisso, criem as comissões que entenderem. Se os Senhores quiserem luta, vamos a ela! Mas o jogo está perfeitamente definido. Já agora, uma outra coisa para não ficarmos nas encolhas, eu gostaria de vos dizer, isto com a serenidade de quem tem vinte e tal anos de Presidente da Câmara e quem está perfeitamente liberto sem nenhum calculismo para o futuro, sem nenhuma intervenção em nenhuma candidatura e mais, sem intenção de ser utente da universidade, de ser professor, ter filhos na universidade, portanto, perfeitamente liberto! Um viseense perfeitamente liberto! Não venham com histórias! O Governo não cria a universidade porque não quer, ponto. Não quer, não quer, que assuma as consequências! Então somos todos parvos? Vejam aquilo que nos é dito, o Governo anterior não quis a Universidade Pública, o Governo anterior do Senhor Ministro Couto dos Santos, eu gostaria de lembrar a este propósito, que se alguém



teve uma intervenção pública com o Ministro Couto dos Santos, foi este Presidente da Câmara. Quando O Senhor Ministro Couto dos Santos disse que não se criava “uma universidade como uma tasca”, este Presidente da Câmara levantou-se e disse: Os Ministros passam as instituições ficam. Toda a gente se recorda disso, portanto, eu estou perfeitamente à vontade. O Senhor Ministro foi penalizado, deixou de ser Ministro, deixou de haver Governo do PSD e passou a haver um Governo que prometeu uma universidade. Alguém tem dúvidas que a criação do Instituto, desse Instituto Universitário da Universidade de Aveiro, foi um acto de desespero? Alguém tem dúvidas nesta sala? Então foi criado na altura porquê? O Senhor Engenheiro Guterres esteve seis/sete anos no Governo e criou, exactamente, já quando era demissionário! Não teve todo o tempo para o criar? E já agora meus Senhores, se não teve tempo e se era essa a vontade que o Partido Socialista tinha e que nos atiram constantemente à cara, nós queríamos, os Senhores não quiseram, quando voltaram ao Governo, já lá vão quatro anos e meio, tivessem-na criado. Tiveram todo o tempo para criar a sua posição sobre a Universidade Pública. Era um pólo, pois que viesse um pólo! Ou o Governo faz aquilo que nós dizemos? Isso é que era bom! O Governo perguntou a alguém para levar o Estabelecimento Prisional para o Campo? O Governo perguntou a alguém para adiar a auto-estrada para Coimbra? O Governo perguntou a alguém para fazer a bossa do camelo e para não fazer aquilo que estava previamente estipulado? Então, mas o Governo para aquilo que não quer fazer invoca a consideração pelo Partido da oposição, por amor de Deus!... Eu não cheguei a esta idade para me deixar levar. Não há Universidade Pública, porque não querem e portanto, assumam isto de uma vez. Agora também um esclarecimento que me parece correcto, e eu queria deixá-lo apenas para a vossa análise, há uma proposta do Presidente da Câmara que o Senhor Deputado Correia de Campos aqui leu, mas eu gostaria de dizer a proposta é minha, mas a deliberação é camarária, é uma deliberação da Câmara, do PSD e do PS. E sem nenhuma reserva, também não percebi qual foi a intenção do Senhor Deputado Correia de Campos de vir dizer, não estiveram de acordo com os qualificativos. Não há nada na acta da Câmara a dizer isso. Estiverem de acordo com a proposta, portanto, não percebi se é para atenuar alguma coisa. Eu sei que os Senhores são muito sensíveis quando se mexe no Governo, calma lá, temos que ter muito cuidado, mesmo quando o Senhor Deputado Correia de Campos, tenho que lhe lembrar, mesmo quando o Ministro da Nação, não era Ministro do Fundão, nem Ministro da Covilhã, vai fazer uma festa para comemorar a vitória da sua região sobre a outra, os Senhores estiveram calados, completamente calados. Oh Senhor Deputado, por aquilo que disse agora, aquele comentário que fez na altura, depois teve determinados vínculos, determinados compromissos e agora já não fazia, é verdade! Eu gostaria que repetisse aquilo que disse na altura quando estava liberto, mas pelos vistos, agora, tenta-se aí arranjar uma série de coisas. Um último esclarecimento e é apenas um esclarecimento. O Senhor Deputado Correia de Campos veio aqui dizer que fazer uma proposta para um consórcio empresarial e como está, penso que bem informado sobre o consórcio empresarial, eu vou ler o que o Senhor Ministro na reunião que tive e que eu expus à sociedade à opinião pública, o Senhor Ministro disse o seguinte: “Tenho tido conhecimento duma proposta da AIRV dum consórcio de Viseu para criar uma Universidade Empresarial. Se for uma Universidade Empresarial pura, tem o meu acordo”, ao que eu lhe retorqui, não é isso, se se trata de uma Universidade Privada já lá temos, se calhar nem precisava do acordo do Senhor Ministro, não sei se precisava, mas... “Se é uma Universidade com o envolvimento do Politécnico”, que foi sempre esta versão que eu ouvi, nunca ouvi outra, e que eventualmente poderia ter o meu acarinamento. O que foi dito foi, “para isso são precisos vinte milhões de euros, os Senhores arranjem-nos localmente. Os Senhores estão disponíveis para isso?”. Então, mas como é que é? Criam-se universidades noutros lados à custa do orçamento de todos nós e aqui são os viseenses que pagam. Haja um pouco de



decoro! Eu não estou, Senhor Presidente, e gostaria de dizer isto, não estou disponível para estas encenações. A nossa posição está tomada. Então, mas disse que não há projecto, vamos ter um objectivo comum, o que é que andou a fazer o Doutor Veiga Simão? É suspeito o Doutor Veiga Simão? Esta gente que nós dissemos, o representante do Reitor, Doutor Sérgio Machado Castro, é suspeito? É, digamos, questionável a sua competência? Não foram eles que nos disseram que ficava bem em Viseu uma Universidade Tecnológica? Então, mas já temos alguma indefinição? Aquilo que o Senhor Doutor Faria disse aqui, eu estou perfeitamente de acordo, a grande maioria dos viseenses que estiveram envolvidos nisto, quiseram esta opção para uma Universidade Tecnológica. Se mesmo assim, o Governo tem uma outra opção, pois que a implemente. Esta é a obrigação do Governo e aquilo que o Governo faz constantemente. Então, mas o Governo tudo aquilo que faz nas regiões, pergunta às regiões se o querem? Ninguém me perguntou se eu gostaria que fosse indigitado o Senhor Governador Civil, e bem, ou depende da nossa vontade também? Demagogia já chega meus Senhores”. -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Carlos Vieira. -----

- DOZE – SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO VIEIRA E CASTRO RODRIGUES (BE) – Solicita a palavra para fazer a seguinte intervenção: “Depois de ouvir o Deputado Correia de Campos falar em consórcios empresariais e de ouvir alguns Senhores Deputados do PSD falarem naquilo que eu chamei há pouco de “quadratura do círculo”, que é tentar reivindicar a Universidade Pública sem ferir os interesses das instituições do ensino superior privadas, cada vez estou mais convencido que Viseu, de facto, não tem uma Universidade Pública, porque tanto o PS como o PSD não querem. Não querem, porque querem defender interesses contraditórios. Diria apenas, para responder aqui ao meu caro amigo Mota Faria, que o Senhor Deputado Correia de Campos, na entrevista que eu citei, ao Jornal do Centro, é ele próprio que diz que não houve candidatura ao curso de medicina. Ele até disse, “não quero entrar em confidências”, disse ele na entrevista, não sei que confidências é que seriam, nem me interessa, mas disse ele, que tentou contactar com quem ele achou por bem, para convencer a Católica a aceitar o curso de medicina. O curso de medicina era, de facto, a Universidade Privada, assim como, o curso de medicina, como já disse, como o Governo do PSD também entregou, era de facto, Universidades Privadas, como a Ministra Maria de Fátia Carvalho tinha anunciado. Daí, que me parece que a única solução é aquela que passo a apresentar: MOÇÃO – REFORÇO DO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO DE VISEU – Os viseenses têm vindo a reclamar desde há muito ensino universitário público. Essa reivindicação tem sido negada por uns governos e iludida por outros, com promessas que ou não são cumpridas ou são anuladas pelos governos seguintes, ou representam tentativas de conciliar objectivos antagónicos: criar mais ensino superior público sem prejudicar os interesses das instituições de ensino superior privadas existentes no concelho e na região. Pelo meio, desperdiçaram-se oportunidades, prejudicando o desenvolvimento da nossa região. Efectivamente, o que os viseenses almejam é ver aumentada a oferta de ensino superior público, universal, de qualidade e tendencialmente gratuito, já que muitos jovens estudantes têm vindo a abandonar os estudos superiores por falta de dinheiro para as propinas. Considerando que Viseu vê cada vez mais reduzido o espaço vital para a implementação de uma Universidade Pública, dado a redução de número de alunos e os cortes no financiamento das instituições públicas de ensino superior, por parte deste Governo e doutros que lhe antecederam, apesar de termos a taxa de licenciados mais baixa da Europa. Considerando que o Instituto Politécnico de Viseu tem vindo a ser prejudicado pela desvalorização social do ensino politécnico, como foi reconhecido pelo próprio Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos, num documento aprovado por unanimidade, em cinco de Janeiro de dois mil e cinco, no qual se defendia, junto da comissão para a reorganização da rede de ensino superior, a alteração da designação das



instituições politécnicas para Universidades Politécnicas, de forma a obterem as mesmas condições de autonomia, de financiamento e de atribuição de graus e diplomas. Considerando que com esta alteração, a Escola Superior de Saúde de Viseu, actualmente longe de rentabilizar todas as suas potencialidades, como já reconheceu a sua direcção, poderia vir a transformar-se na Faculdade de Medicina tão almejada pelos viseenses. Considerando ainda que transformação semelhante já ocorreu há quatro ou cinco décadas atrás noutros países, como na Inglaterra ou na Alemanha, com as Universidades técnico-científicas, e mesmo em Portugal, com a Universidade do Algarve, Universidade da Beira Interior e Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. Considerando, por fim, que a divisão superior nestes dois subsistemas cada vez faz menos sentido, não só pela sobreposição de custos e funções, como pela interpenetração cada vez maior da ciência e da Técnica, como na bioengenharia, mas também porque aquela divisão radica na reforma napoleónica, que na ânsia de acabar com o ensino escolástico que provocou a estagnação do conhecimento científico durante mais de mil anos – da civilização grega até à Renascença – ao separar o trabalho intelectual do trabalho manual (considerado só próprio de escravos ou das classes inferiores), acabaria por reproduzir nova hierarquização dos saberes. Foi este preconceito que em Portugal levou a que, por exemplo, os cirurgiões, entendidos como técnicos (“quiros” – mão, em grego), formados em Escolas Médico-Cirúrgicas de Lisboa e Porto, só em mil, novecentos e onze é que foram equiparados a médicos, porque até aí só a Faculdade de Coimbra podia passar diploma médico. A Assembleia Municipal de Viseu, reunida em oito de Janeiro de dois mil e dez, deliberou o seguinte: Primeiro – Manifestar que os viseenses estão a ficar fartos de ver desperdiçar oportunidades e de ver que as promessas de vários governos no sentido de criar em Viseu uma universidade pública, sejam traduzidos, na prática, por projectos débeis, que permitem que sejam anulados pelos governos seguintes. Dois – Que face às propostas que têm sido apresentadas nos últimos anos, consecutivamente frustradas, se nos afigura como melhor solução para servir os interesses da região e do país, apelar à mobilização dos vários agentes políticos da região, para em conjunto e cada um por si, sensibilizarem continuamente os membros do Governo para a defesa do ensino superior público existente, o Instituto Politécnico de Viseu, de forma a que possa evoluir rapidamente para uma Universidade Politécnica, desenvolvendo, assim, todas as potencialidades das suas várias escolas, incluindo a Escola Superior de Saúde, tão desvalorizada face às necessidades do país, de modo a poder vir a transformar-se numa Faculdade de Medicina. Deverá ser dado conhecimento às seguintes entidades: Presidente da República, Presidente da Assembleia da República, Grupos Parlamentares, Primeiro-Ministro, Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Ministra da Educação, Governador Civil do Distrito de Viseu, Associação Nacional dos Municípios Portugueses, Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos e Comunidade Intermunicipal da Região Dão Lafões. Obrigado”.

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Mota Faria. -----

- TREZE – SENHOR DEPUTADO JOSÉ MANUEL HENRIQUES MOTA DE FARIA (PSD) – No uso da palavra faz a intervenção seguinte: “É preciso, ao longo deste tempo, não ouvir alguma confusão cronológica, porque nós somos todos pessoas de bem e o que disse aqui o Deputado Vieira, o meu amigo Vieira... Mas o Professor Correia de Campos não me enganou, porque esteve comigo e com todos nós, na defesa de um Instituto de Ciências da Saúde que tinha uma licenciatura em Medicina Pública, por isso, a questão de medicina privada que era bem-vinda a Viseu é num tempo diferente, nomeadamente, com a evolução da Medicina Dentária da Católica para o Curso de Medicina. Penso que era isso que o Senhor Professor esperava, não vamos aqui confundir épocas e tempos, porque senão eu sentia-me ludibriado, e penso que o Senhor Professor não o fez, pelo Instituto de Ciências da Saúde que tinha uma outra perspectiva, não era isso. Em relação ao que aqui



foi dito, nós estamos aqui e concretamente, colocamos novamente uma questão, nós ou criamos o dinamismo de todos: dos empresários, das instituições locais em termos de ensino superior, o ensino superior público como é o Politécnico, da Católica, do Piaget, isto não está em causa temos feito aqui várias moções nesse sentido, de apoio. O que está aqui em causa, e era isto que aqui colocamos, é que houve um governo, houve um partido que suporta esse governo que perante uma resolução de Conselho de Ministros que não é nada, não é uma folha de papel, que criava a Universidade Pública de Viseu, que inclusivamente, essa resolução ainda não foi revogada, não há revogação dessa decisão, esse governo ilegitimamente disse não! Não implementou, não deu seguimento a essa resolução, por isso, esse governo, esse partido tem a obrigação moral, a obrigação política, a obrigação ética de apresentar uma solução aos viseenses. Tem obrigação de apresentar a sua alternativa e nós aplaudimos, e estamos prontos a aplaudir, essa alternativa que seja apresentada. Pode não ser a nossa, se a alternativa é a bem de Viseu nós estamos de acordo. Agora, tem a obrigação de apresentar uma alternativa. Qualquer outra solução é adiar, como alguém dizia, “se não querem decidir que criem comissões e grupos de trabalho”. Já houve comissões aqui feitas, criadas, que fizeram ótimos trabalhos, há estudos, não vamos fazer moratórias, não vamos adiar o problema. Não estamos aqui com adiamentos, nós queremos uma solução. Acho que esta Assembleia, os viseenses no seu todo, têm que exigir uma solução a quem destruiu e não implementou o trabalho que vinha dum outro governo. Este Governo tem a obrigação de apresentar uma solução. É essa solução que nós exigimos ao Partido Socialista”. -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Rui Santos. -----

- CATORZE – SENHOR DEPUTADO RUI ALEXANDRE GOMES PINA RODRIGUES DOS SANTOS (CDS/PP) – Pede a palavra para intervir do seguinte modo: “Passada esta discussão toda, estas duas horas, provavelmente já, que estamos aqui a discutir, uma coisa fica clara, por vontade deste Governo não teremos universidade. Por vontade do Partido Socialista não teremos alternativa, ou não será apresentado projecto, a não ser que após a minha intervenção o venham a fazer, o que me leva a concluir que na nossa intervenção inicial apontámos claramente o caminho que devia ser seguido. Isto é, do Governo podemos contar com zero, do Partido Socialista, pelos vistos, contaremos com pouco mais que zero, provavelmente, com mais um estudo, uma comissão, com mais um empata. Do Partido Social Democrata, do CDS, do Bloco de Esquerda, a posição sempre foi clara, queremos e estamos aqui para arranjar uma solução. Também, nos parece a nós, criar mais uma comissão para estudar um novo modelo, poderá não ser o ideal e ainda também teremos aqui “chuva molhada” por mais um tempo. Há que saudar aqui a intervenção do Senhor Deputado, Presidente desta Assembleia Municipal, Doutor Almeida Henriques, que nos substanciou muito bem, muito do que foi a nossa intervenção inicial. A forma mais rápida que nós temos para chegar ao objectivo é, definir, num curto espaço de tempo, o que fazer, como fazer e como o vamos fazer. E é, se calhar, pegando nos estudos que já temos, pegando na vontade política de todos, apresentar a nossa proposta, o nosso projecto, de forma inequívoca e inquestionável, porque do Governo, apesar das nossas perguntas, não vamos ter resposta. Como não vamos ter resposta, temos que nós avançar com alternativa e que ela obrigue a uma resposta concreta. Vão ter que dizer que não mais uma vez e nós vamos ter que dizer que não, ao não, porque nós queremos e temos competência para o fazer. Estamos disponíveis para apoiar esta solução, estamos disponíveis para a verter em proposta, estamos disponíveis para, num curto espaço de tempo, apresentarmos a este Governo, a este Ministro, uma proposta irrecusável e de valia inquestionável. A partir daí a responsabilidade do não será clara, e com certeza, que os viseenses terão que penalizar quem não estiver de acordo com a vontade da maioria. Obrigada”. -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado João Paulo Rebelo. -----



**- QUINZE – SENHOR DEPUTADO JOÃO PAULO DE LOUREIRO REBELO (PS) –**  
Intervém para dizer o seguinte: “Eu vinha aqui fazer uma muito curta intervenção dizendo, se me permitirem, que acho que qualquer pessoa concluiu deste debate que é de facto, bem-vindo, mais uma vez como o fez o meu colega de bancada, o Professor Correia de Campos, reconhecer a oportunidade deste debate e a sua convocação a pedido do Executivo Municipal. Como também já referiu o Senhor Presidente da Câmara, teve, desde logo, a concordância dos Vereadores do Partido Socialista. Dizer que este debate que é frutuoso, percebem-se duas, ou três coisas, a primeira elação que retiro é que o Senhor Presidente da Câmara, legitimamente, entende que tem feito e fez tudo o que esteve ao seu alcance ao longo dos últimos anos, para que este objectivo da Universidade Pública de Viseu fosse atingido e que neste momento não está disponível para, digamos, fazer parte de movimento proactivo e continuar com uma solução, apresentando uma solução, e mais uma vez reitero, legitimamente, é esta a sua posição. Registo também, que não é uma posição unânime dentro do PSD, pelo menos, nesta Assembleia Municipal. Tivemos uma intervenção do Deputado José Costa, tivemos uma intervenção do Senhor Presidente da Assembleia Municipal que é distinta, portanto, diverge dessa posição do Senhor Presidente da Câmara. Desse ponto de vista, evidentemente, e depois da proposta que o Professor Correia de Campos aqui deixou nesta Assembleia Municipal, eu só tenho que me congratular, porque me parece que haverá quem do lado do PSD esteja de acordo com a proposta do Partido Socialista. Aproveito, para mais uma vez, aliás, é um diálogo que temos mantido nesta Assembleia, que eu tenho mantido com o Senhor Presidente da Câmara, que reiteradamente diz que o Partido Socialista, e nomeadamente, nesta Assembleia Municipal, está aqui para permanentemente concordar com o que sejam as posições do Governo, independentemente de elas serem benéficas ou prejudiciais para o nosso concelho. É a sua posição. Conte com a minha firme oposição cada vez que o diga na Assembleia Municipal, eu também cá virei dizer que como, aliás, costumo dizer, não visto essa camisola, não me assenta esse barrete, pelo contrário, estou aqui na defesa dos interesses dos viseenses, estou aqui na defesa dos interesses da nossa região, independentemente do Governo ser do Partido ao qual eu pertenço, ou de outro qualquer. Desse ponto de vista, eu respeito que o Partido Socialista, que hoje governa o país, e se o Governo entenda que não há lugar para a criação de mais universidades, respeito e tenho que respeitar a posição do Senhor Ministro da Ciência e do Ensino Superior. Não concordo com ela e sobretudo, não concordo com ela, porque a vejo despida, digamos, de um conhecimento local e regional. O Senhor Ministro, obviamente, tem uma visão mais global e portanto, nacional do tema ensino superior. Essa não é a minha perspectiva, admito que ele não está garantidamente tão sensível à necessidade de uma universidade em Viseu como eu estou. Naturalmente discordo, naturalmente me oporei a essa decisão e portanto, estou é, digamos, num estádio diferente do Senhor Presidente da Câmara porquanto entendo que se de facto é necessária a Universidade Pública em Viseu, eu estou disponível, modestamente, não sou um especialista, não sou um técnico de renome nas questões de ensino superior, muito longe disso, mas estou disponível para dar o meu modesto contributo e para, tal como o Deputado Correia de Campos já aqui o referiu, enquanto Membro desta Assembleia Municipal, propormos que efectivamente, se crie uma comissão. Evidentemente, uma comissão com Deputados da Assembleia Municipal, com as forças vivas, como vulgarmente se costuma dizer, das associações empresariais, da Associação de Comerciantes, das Instituições de Ensino Superior já existentes no nosso concelho e de especialistas, com base no que já disse também aqui o Deputado Almeida Henriques, com base também no histórico que temos, nomeadamente, dos estudos que já foram feitos. Evidentemente, alguns estarão datados, mas terão, seguramente, aspectos que terão interesse trazer a esta nova proposta. Sendo assim, explicada que está a minha posição e enfim, não necessitava, evidentemente, o Deputado Correia de Campos, que eu



viesses explicitar melhor, a que já aqui deixou, mas esta é a posição do Partido Socialista e portanto, é esta posição que apelamos a que a Assembleia Municipal vote conosco. No fundo, percebendo que nós podemos e devemos fazer qualquer coisa para atingirmos o objectivo, que isso também é uma das conclusões claras que se tira deste debate que é absolutamente consensual em todos os Membros desta Assembleia. De resto, acho que podemos extrapolar para fora desta Assembleia. É um objectivo consensual à cidade, ao concelho de Viseu e à nossa região. Muito obrigada”. -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. -----

- DEZASSEIS – SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – No uso da palavra diz: “Muito obrigado, Não vou demorar, mas não podia deixar passar esta intervenção em claro. Eu sei que o João Paulo é novo, mas já nos habituou a que nada deixa passar sem ser crivado, sem ser caldeado pelo aspecto político e é política, digamos, naquilo que as pessoas já têm a concepção de política. Então como é que uma coisa que está a discutir para criar uma Universidade Pública em Viseu? Aquilo que o João Paulo quis, foi ver se havia aqui alguma divisão no seio do PSD. Foi aquilo que quis fazer. Eu queria dizer ao João Paulo o seguinte, o João Paulo disse assim: “nós vestimos a camisola e não vale a pena, porque nós nunca defendemos nunca defendemos a posição do Governo, sou a favor da criação desta comissão”. Eu queria dizer-vos com esta clareza toda, os Senhores estão a fazer aquilo sempre fizeram em relação a Viseu, é adiar. As decisões são adiar! Os Senhores adiam a auto-estrada, os Senhores adiam não sei quê... E agora vêm outra vez com uma solução de “déjà vue”, adiar! Os Senhores são o Partido do adiamento e portanto, não vão adiar Viseu, só vão adiar Viseu naquilo que vos diz respeito e só não adiaram mais Viseu, porque nós não deixámos. Não os deixámos meter a mão nesta adiamento, portanto, façam o que entenderem, mas é para ter uma atitude prática. Então, mas o Senhor Ministro disse que não! Quer dizer, o Senhor Ministro disse que não, é do programa do Governo, cria-se uma comissão, o Senhor Ministro vai dizer que sim? O que é que os Senhores precisam de mais para tomarem uma posição? Por amor de Deus! Está tudo visto! Tudo estudado! Os Senhores têm uma posição que é não criar a universidade, assumam isso. Digam de vez aos viseenses, não há mais universidade com este Governo. Foi aquilo que o Senhor Ministro disse! Não se ponham para aí a atirar tiros para os outros lados, a dizer que a culpa que é deste, ou que é daquele. Neste momento a culpa é vossa! Como em dois mil e um foi o Professor Cavaco Silva, neste momento é do Senhor Engenheiro António Guterres. Então, mas pode ser mais claro do que isto? Mas os Senhores não querem, os Senhores não querem nunca que seja culpa do Governo, portanto, se em dois mil e um a culpa foi do Senhor Professor Cavaco Silva e do seu Ministro Couto dos Santos e agora é do Senhor Engenheiro Sócrates e do Senhor Ministro Mariano Gago. É tão claro quanto isto! Eu só gostava de vos ver em nome da coerência, tomar a posição agora que tomaram quando do Senhor Ministro de Cavaco Silva. Isso é que era coerente e portanto, ficamos por aqui não esteja o João Paulo a tentar dizer que eu que não quero fazer parte, não sei quê... Eu já fiz o meu trabalho todo e mais, para que fiquem a saber, com muitos encargos financeiros da Câmara, não foi gratuito. A Câmara participou em todos estes trabalhos, estes estudos. Há duas concessões aqui, uma é uma Universidade Tecnológica, já agora, não confundir, porque às vezes deixa-se de lado, a resolução de Conselho de Ministros, gostaria de me virar para o Deputado do CDS, é PSD/CDS, portanto, não há aqui divisões. A resolução de Conselho de Ministros envolvia dois partidos, o PSD e o CDS e essa está tomada. Responsabilizam-nos a nós e os Senhores têm a visão, se é que a têm ainda, do Instituto Universitário, pólo de Aveiro. Então, façam o favor de o criar estão no Governo. É tão simples quanto isso”. -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Correia de Campos. -----

- DEZASSETE – SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO FERNANDO CORREIA DE CAMPOS (PS) – Pede a palavra para intervir da seguinte forma: “Peço muita desculpa de



me ter ausentado na parte da intervenção do Senhor Presidente, mas são razões da idade, provavelmente compreendem. Gostaria só de esclarecer três ou quatro pontos muito práticos, que aqui foram levantados e que, com o devido respeito por quem os levantou, não correspondem à realidade. Em primeiro lugar, gostaria de dizer que a Moção que apresentamos não significa, de maneira nenhuma, que nós nos oponhamos a que se faça chegar queixume, ressentimento, ou protesto. Pelo contrário, a Moção diz explicitamente, também nós estaremos disponíveis para nos mobilizarmos e fazer chegar ao Poder Central, não apenas queixume, sentimento, ou protesto, mas sobretudo, a nossa vontade de vos ajudar a construir um consórcio, ou associação. Fique bem claro, não temos nenhuma intenção de lutar contra a possibilidade de todos manifestarmos o nosso queixume. E nós temos queixume, temos razões de ressentimento de ressentimento e temos razões de protesto, como acabou de ser dito pelo mau camarada de bancada. Era um ponto muito importante que gostaria de esclarecer. Em segundo lugar, eu gostaria de esclarecer o colega do Bloco de Esquerda, que em nenhum ponto da Moção se fala em consórcio empresarial. Fala-se em consórcio e associação entre diversas entidades, e refiro, que é para usar explicitamente a expressão que está no programa do décimo oitavo Governo. Não quis usar outras palavras que não fossem exactamente essas, consórcio ou associação entre diversas entidades e portanto, se esse consórcio é público, se é privado, se é uma fundação, como agora a Lei permite que as universidades se constituam, até pode ser, mas não. Eu sei que o Bloco de Esquerda gosta de me aproximar das posições puramente empresarialistas. Eu tenho muito orgulho em acreditar nos empresários e acreditar que as soluções do nosso país se resolvem com a iniciativa privada, com o sentido empresarial, tenho muito orgulho em acreditar nisso, mas não entendo, digamos assim, não me colem a afirmações que eu não tenha produzido. Em terceiro lugar, gostaria de explicar também ao colega Deputado do Bloco de Esquerda a questão da Universidade Católica, eu não tenho presente comigo essa entrevista que eu dei, certamente. Mas há uma coisa que é importante, eu nessa entrevista faço um pouco além, até ao máximo aonde poderia ir na revelação de um contacto oficial entre um membro do Governo e o Reitor de uma Universidade, o que eu digo é simplesmente isto, quando essa alta entidade da Universidade Católica me procurou, nessa altura sendo eu Ministro da Saúde, para obter o meu apoio para a criação de uma Universidade, de uma Faculdade de Medicina em Lisboa, eu perguntei-lhe, mas porque é que o Senhor não vai imediatamente para Viseu? Em Viseu temos todas as condições para isso, inclusivamente os Senhores têm lá instalações, têm já uma escola e de certeza o Município estaria disponível, de certeza que o Hospital estaria disponível a encontrar uma localização. É apenas isto o que se passou e é apenas isto que eu disse resumidamente, e com a reserva que estas afirmações devem ter, que eu disse nessa entrevista. Mas há um elemento que talvez Vossa Excelência não saiba, muita gente o sabe, é que de acordo com a Lei de criação das universidades, a Lei então em vigor, que entretanto a legislação mudou, mas de acordo com a Lei da criação das universidades, a Igreja Católica, por força da concordata, tem a liberdade de criar os estabelecimentos de ensino que quiser e pode criar uma universidade onde quiser, ou pode estender a sua Universidade Católica às Instituições, para clarificar ao Senhor Deputado, que são basicamente correctas as correcções que o Senhor Deputado Mota Faria fez e esse respeito. Eu sei que não era o óptimo, eu gostaria e preferiria que houvesse uma escola médica ou uma faculdade de medicina de carácter público em Viseu, mas a verdade é que se houvesse a possibilidade de a Católica se interessar por isso, já não seria mau, eu penso, e creio que muita gente na sala, certamente, me acompanhará nesse desejo. Em quarto lugar, com o devido respeito Senhor Presidente da Câmara, permita-me que lhe faça uma nota em relação à sua maneira de referir a intenção do Senhor Ministro. Eu não tenho procuração do Senhor Ministro Mariano Gago, não precisa sequer, de resto é uma pessoa muito articulada, não tenho procuração para o defender, mas o Senhor Presidente disse



aqui e vou citar textualmente; “O tal Ministro que não quer universidades para Viseu”. Disse depois: “O Governo não quer universidade em Viseu”. Disse depois: “O Instituto Universitário de Viseu foi um gesto de desespero”. Não, Senhor Presidente, Vossa Excelência talvez tenha informações a que os outros comuns dos mortais não têm acesso, agora, eu não tenho nenhuma razão para pensar que os Governos em que participei e o actual Governo em que não participo, tenham algum dia pensado, ou afirmado, ou intuído que não pretendem que Viseu tenha uma Universidade Pública. Não tenho nenhuma razão para pensar isso Senhor Presidente. E mais, Senhor Presidente, a criação no segundo Governo de António Guterres, do Instituto de Universidade de Viseu, não foi um acto de desespero Senhor Presidente. A criação do Instituto Universitário de Viseu foi um cumprimento pundonoroso de um compromisso público. Foi exactamente isso Senhor Presidente! Há pouco foi dito aqui que o Ministro da Educação da segunda parte do Governo do Senhor Primeiro-Ministro Guterres, era o antigo Reitor da Universidade de Aveiro, o Professor Júlio Pedrosa de Jesus. Ora bem, o Professor Júlio Pedrosa sentia-se responsável e naturalmente de que, o Professor Júlio Pedrosa esteve oito meses em funções, chamo a sua atenção para isto. Teve oito meses em funções, tantas quanto eu estive na fase final do segundo Governo do Engenheiro Guterres e portanto, ele fez aquilo que podia fazer no período de tempo que teve à sua disposição. Foi aprovado em Conselho de Ministros a criação desse Instituto e como o Senhor Presidente, e todos os presentes, provavelmente sabem, o diploma foi para promulgação do Senhor Presidente da República e quando chega o novo Governo, o Presidentes da Republica, quaisquer que eles sejam, remetem ao novo Governo os diplomas que se encontram lá para promulgação, para saber se o novo Governo tem alguma coisa a entender contra essa proposta. Assim também aconteceu nesse caso, o novo Governo, o Governo do Senhor Doutor Durão Barroso, entendeu que não deveria prosseguir essa linha e adoptou outra. Eu não faço mais juízos de valor, só tiro a conclusão de que, se porventura, não tivesse procedido assim, nós talvez hoje tivéssemos em situação melhor. Talvez hoje tivéssemos em situação de ter um Instituto Universitário que podia candidatar-se, certamente, com mais legitimidade, até institucional, à criação, por exemplo, agora de mais uma escola de saúde. Finalmente, Senhor Presidente, quero congratular-me com a proposta do Senhor Deputado Almeida Henriques, agora, passageiramente Deputado Municipal comum. Quero dizer-lhe que estamos de acordo, basicamente, com a sua proposta e quero dizer-lhe, provavelmente não houve tempo para se aperceber bem do conteúdo da Moção do Partido Socialista, mas a Moção do Partido Socialista propõe a constituição de uma comissão abrangente, etc., etc., etc., dotada de um órgão executivo de dimensão operacional, portanto, um secretariado, um pequeno núcleo de pessoas, como se entender, e tem um mandato, o mandato constituirá na geração de uma plataforma comum, etc. Em relação à proposta de Vossa Excelência, nós não temos nenhuma diferença de pontos de vista e mais, termino dizendo, se for necessário o meu modesto contributo para essa comissão, apesar de a minha vida pública política, como Deputado ao Parlamento Europeu, se passar maioritariamente fora do país, assumo que todavia tenho responsabilidades no meu país e portanto, não me escamoteari nem fugirei a elas. Virei sempre que for necessário, se entenderem que a minha presença é útil nessa comissão. Muito obrigado Senhor Presidente”.

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Manuel Teodósio. -----  
 - DEZOITO – SENHOR DEPUTADO MANUEL TEODÓSIO MARTINS HENRIQUES (PSD) – Pede a palavra intervindo do seguinte modo: “Senhor Doutor Correia de Campos, sem querer aqui levantar muitas poeiras, mas dizer, e nós estamos aqui habituados a intervenções por vezes acaloradas de há muito anos a esta parte, mas se eu tivesse sido um Ministro do PSD e se eu fosse o Presidente da Concelhia do Partido Socialista de Viseu, estaria aqui a acusá-lo, que o Senhor fez parte de um Governo que não conseguiu criar a



Universidade de Viseu, estava aqui o caldo então entornado. Nós temos uma postura diferente não vamos, obviamente, por aí, mas também só pedia que não tentasse justificar aquilo que parece que, efectivamente, já não é justificável e temos que passar para a frente. Estivemos aqui a discutir, foi dada a oportunidade de toda a gente fazer a intervenção, mas também foi claro, das intervenções todas que aqui foram feitas, que é importante traçar o caminho do futuro, o que é que vamos fazer, ou seja, por outras palavras, algo de produtivo e deixarmos definitivamente a retórica de parte. Dizer que o Partido Social Democrata não teria grandes problemas até em subscrever a Moção que o Partido Socialista traz, não fora aqui uma questão de, efectivamente, haver garantia de que o empenho e o trabalho traga resultados, portanto, trabalhos e utopias, já não estamos dispostos a dar mais para “esse peditório”, entendemos que já demos as vezes suficientes. E nesse sentido, o Partido Social Democrata vai apresentar aqui uma Moção que entende ser a sensibilidade comum de todos, e aproveitar tudo o que aqui foi dito, mas de uma forma que possa ser, efectivamente, trazer obra, trazer a edificação das nossas ideias e a edificação dos nossos anseios. Dizer, ó contextualizar esta Moção, é que nós, reitero aquilo que disse há pouco, entendemos que a criação, ou não, da Universidade Pública de Viseu, nós entendemos, é a Legislação que nos faz entender dessa maneira, depende única e exclusivamente da vontade política de um Governo, o que quer dizer, que temos a noção, que as decisões estão, efectivamente no Governo. E porque temos a certeza disso, entendemos que é a partir daí que as soluções são apresentadas. Nesse sentido, eu passava a ler a Moção do Partido Social Democrata. Moção – A Assembleia Municipal de Viseu reunida no dia oito de Janeiro de dois mil e dez, após discussão e análise, reitera que, o desenvolvimento futuro de Viseu passa pelo encontrar de uma solução que crie a Universidade Pública de Viseu, concentrando estratégias com as entidades do Ensino Superior existentes em Viseu, bem como, com as entidades que promovem o desenvolvimento desta mesma região de Viseu. Assim, esta Assembleia Municipal exige do Governo a apresentação de uma solução no prazo de seis meses, que leve à criação da Universidade Pública de Viseu”. -----

- MESA – O Senhor Presidente da Mesa em exercício, diz: “Obrigado Senhor Deputado. Está aberto um Período para as alegações finais sobre as três Moções que estão em presença, para serem depois votadas”. De imediato dá a palavra ao Senhor Deputado João Paulo Rebelo. -----

- DEZANOVE – SENHOR DEPUTADO JOÃO PAULO DE LOUREIRO REBELO (PS) – Solicita o uso da palavra para dizer o seguinte: “O Senhor Presidente da Câmara Municipal, há pouco falava em demagogia, palavras para quê. Esta proposta do PSD mereceria, naturalmente, o nosso voto favorável, não fosse a referência ao que não foi feito em vinte anos e que se pretende fazer em seis meses, portanto não vamos votar favoravelmente essa Moção. Ainda assim, e pese embora, aqui a intervenção do Deputado Manuel Teodósio, acreditamos que possa haver, de facto, alguns Deputados do PSD que possam votar a Moção do PS que nos parece muito mais razoável. Muito obrigado”. -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Almeida Henriques. -----

- VINTE – SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO JOAQUIM ALMEIDA HENRIQUES (PSD) – No uso da palavra diz: “Uma intervenção muito curta para referir dois aspectos. Um aspecto é, queremos, ou não queremos, a Universidade Pública de Viseu? Está na nossa vontade que isso possa ser concretizado? Aquilo que existe são vários estudos feitos ao longo destes vários anos, que têm um determinado conteúdo e existem três instituições de ensino superior em Viseu que devem ser também parte da estratégia a encontrar para o ensino superior em Viseu, portanto, este é um aspecto que acho que estamos todos de acordo. Agora, quem tem poder para criar, somos nós? O Senhor Presidente da Câmara, Presidente da Assembleia, qualquer um de nós? Não somos nós que temos o poder para criar, portanto, eu acho que podíamos encontrar aqui o meio-termo, é uma sugestão que



eu dou. É que, de facto, se possa pedir o contributo das pessoas que participaram nestes vários estudos que Viseu fez até hoje e que tiveram o destino que todos nós conhecemos e que essa *task force*, em que são envolvidas as várias entidades, fosse coordenada pelo Senhor Ministro do Ensino Superior. Isto é, o Senhor Ministro do Ensino Superior que assuma as suas responsabilidades de, até na sequência do que disse ao Senhor Presidente da Câmara, que seja ele a encontrar a solução em concertação com os actores e que a apresente. Eu acho que a proposta que o PSD aqui apresenta vai um bocado nesse sentido. Agora, não podemos é estar eternamente à espera, porque se a decisão se Governo for dizer, com este modelo, ou com outro, não há Universidade Pública para Viseu, nós temos que arrumar o saco e esperar que os eleitores derrotem o Partido Socialista daqui a um ano, dois anos, quando forem as eleições e voltarmos outra vez à carga, mas pelo menos temos que ter as coisas clarificadas. Aquilo que eu sugeria era que de alguma maneira se aproveitasse o conteúdo da proposta do Partido Socialista, mas noutros termos, que era na base daquilo que o PSD apresentou, exigir da parte do Governo que encontre uma solução. Da parte daqui da Assembleia Municipal de Viseu, dizer que sugerimos que o Senhor Ministro do Ensino Superior coordene um grupo, ou quem ele indicar, que tenha o contributo de todas as forças vivas da região de Viseu, mais todos estes actores que participaram até agora nas soluções, designadamente, os que participaram no estudo do pólo de Aveiro, o Senhor Professor Correia de Campos que participou na solução da Faculdade de Medicina, o Professor Veiga Simão que participou na solução no Governo do Durão Barroso e portanto, desta concertação coordenada pelo Ministro do Ensino Superior, se encontre uma solução em seis meses, para nós sabermos com que linhas nos cozemos. Eu acho que isto podia ser uma posição consensual da Assembleia que fosse aprovada por unanimidade e que pudesse junto do Governo fazermos uma manifestação de forças a dizer, Viseu exige que no prazo de seis meses este assunto seja “ou sim, ou sopas”. Está aqui o nosso contributo, está aqui material, trabalhem-no. E tem que ser coordenado pelo Senhor Ministro do Ensino Superior, porque é ele que tem competências e portanto, esta era a sugestão que eu deixava em cima da Mesa”. -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Mota Faria. -----

- VINTE E UM – SENHOR DEPUTADO JOSÉ MANUEL HEMRIQUES MOTA DE FARIA (PSD) - Solicita o uso da palavra para intervir seguinte modo: “Eu começaria por referir duas situações. E começaria dizendo, no seguimento do que disse aqui o Senhor Professor Correia de Campos, ele disse isto: “Nós tínhamos uma proposta que era o Instituto Universitário de Viseu, se esta proposta fosse implementada, talvez neste momento tivéssemos outra solução”. Como é óbvio, também nós, e aqui falo pela coligação da altura, também a coligação na altura, o Governo da coligação PSD/CDS, tinha a sua proposta e não conseguiu também demonstrar a bondade da sua solução. Também tinha a criação, e criou, a Universidade de Viseu e por isso, a bondade da sua proposta não foi apresentada, não foi possível ser posta e ser aferida. Não podemos andar para trás, porque essas eram as duas soluções e ambas legítimas e aquilo que dizemos é que apareça a solução. Eu só vou ler o que foi dito na altura por uma simples razão, é importante, às vezes, em política a coerência e aqui o Deputado Carlos Vieira tem a coerência de já na altura, e estou aqui a referir-me a noventa e oito, dizia que a promessa do Guterres em relação à Universidade Pública, se ganhasse as eleições, não passou de um isco para caçar votos. Mas, mais “vale um pássaro na mão...” e por isso, que venha a escola autónoma de Aveiro. E como é óbvio, o PSD na altura, e hoje também nós dizemos, se a solução do instituto Universitário, já dizia o Doutor Ruas também, não aplaudimos esta ideia, mas também não a vamos obstaculizar, como é óbvio, ou seja, cada pessoa entende que o melhor para a sua terra, para a sua região, tem as suas proposta. Nós entendíamos que era a Universidade Pública, criámos uma resolução de Conselho de Ministros, o PS entendia que era o Instituto Universitário. Não foi possível, mas é possível, ou seja, o PS é



novamente Governo e pode demonstrar, pode decidir, pode apresentar solução e por isso, está do lado do Governo, está do lado do Partido Socialista a apresentação da solução. Aquilo que nós dizemos, a solução pode ser o tal Instituto Universitário. Como dizia o actual Governador Civil está a assim cumprida a promessa do Engenheiro António Guterres e o compromisso do PS criar o Ensino Universitário Público de raiz em Viseu. Pensamos que também pode ser um dos elementos importantes para essa decisão que temos todos aqui que tomar. Voltando ao assunto que é importante, que é esta proposta aqui do nosso Presidente da Assembleia Municipal na posição de Deputado, penso que deixou aqui uma solução. É uma solução equilibrada, é uma solução de consenso, é uma solução que nós apoiamos, se for esse o entendimento, retirando a nossa Moção e deixando ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal a apresentação de uma Moção conjunta neste espírito, mas há uma coisa de que não abdicamos, o Senhor Ministro tem que coordenar o tal grupo. Pode, eventualmente, pelos seus afazeres, pelas suas responsabilidades governamentais, delegar em alguém, mas a responsabilidade política é dele de liderar este grupo de trabalho para apresentação de uma Moção. Penso que está aqui uma proposta equilibrada, mas que cada um dos actores assume as suas responsabilidades e neste momento penso que quem tem de assumir as responsabilidades, porque não quis dar continuidade a outra solução, e que tem que apresentar alternativa, é o Governo do Partido Socialista. Acho que esta proposta é uma proposta consensual, é uma proposta equilibrada e que, de algum modo, poderia ter o consenso desta Assembleia”. -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Correia de Campos. -----

- VINTE E DOIS – SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO FERNANDO CORREIA DE CAMPOS (PS) – Pede a palavra para intervir da seguinte forma: “Quem fez serviço militar lembra-se de um velho ditado que dizia, pouco mais ou menos, o seguinte, “na tropa não se pode pedir aos homens mais do que aquilo que eles podem dar”, isto é, não é possível pedir aos soldados que percorram em vinte e quatro horas oitenta quilómetros em marchas aceleradas, para dar apenas um exemplo. Nós também aqui temos que ter algum realismo, temos a proposta do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, é uma proposta, que me parece, que tem condições para ter êxito, mas temos que ter algum realismo. Temos que fazer duas coisas, primeiro lugar, não podemos chegar ao pé do Ministro, com uma agulheta, com uma lança na mão e dizer assim: Senhor Ministro, faça o favor, presida aqui a uma comissão, etc., etc., isto, é evidente, que não há nenhum Ministro que diga que sim. Mas, o que podemos fazer, como muito bem disse o Senhor Presidente, reunir os materiais que existem, trabalhá-los, tratá-los e apresentar propostas que estejam dentro, naturalmente, das orientações que o programa do Governo refere sobre agregação, associação, ou consórcio entre instituições universitárias e trabalhá-las de forma a que elas sejam qualquer coisa que seja difícil recusar. Naturalmente, nessa altura, pedir ao Ministro: Senhor Ministro, pedimos que indique alguém que presida a este grupo de trabalho local, ou que venha aqui assim ajudar-nos localmente a desenvolver esta situação. Por outras palavras, há uma conjugação, propõe-se uma conjugação de interesses em que há a base sociológica, política local, institucional, universitária e académica existente aqui, se congrega para fazer transparecer o seu queixume e o seu protesto, etc., etc. Mas mais do que isso, apresentar uma coisa prática e pede ao Senhor Ministro que designe, certamente, uma pessoa, não pode ser ele próprio, mas que designe alguém dentro destas linhas. Se o Senhor Presidente da Assembleia Municipal quiser reformular a sua Moção, até nem a precisamos de a ter por escrito já hoje, mas podemos tê-la numa próxima Assembleia, ou até, enviá-la e poder ser aprovada à posteriori. Não teríamos nenhuma objecção, de princípio, a essa questão”. -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Rui Santos. -----

- VINTE E TRÊS – SENHOR DEPUTADO RUI ALEXANDRE GOMES PINA



**RODRIGUES DOS SANTOS (CDS/PP)** – No uso da palavra diz o seguinte: “Senhor Presidente, muito rapidamente, que a tarde já vai longa, só para dizer que em nome do Grupo Parlamentar do CDS/partido Popular que, caso seja vontade do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, transformar em Proposta, em Moção, aquilo que quiser, a Proposta que formulou aqui verbalmente, contará com o nosso apoio, porque ela consubstancia tudo aquilo que dissemos até agora, e no fundo, também a vontade de todos nós. Eu penso que poderia ser útil alargar este movimento, este debate. Eu penso que não é Viseu concelho que está em causa, é toda a região. E Viseu como capital dessa região, do distrito, como capital da região centro, tem que congrega todos os concelhos, tudo aquilo que está à nossa volta, portanto, penso que seria útil pedir o apoio, o reforço das outras Assembleias Municipais nossas vizinhas, para que conosco estivessem nessa luta que não é só de Viseu concelho, é de Viseu distrito, é de Viseu região. Obrigado”. -----

- **MESA** – Dá a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. -----

- **VINTE E QUATRO** – **SENHOR PRESIDENTE DO EXECUTIVO CAMARÁRIO** – Solicita o uso da palavra para dizer o seguinte: “Senhor Presidente, mesmo de forma telegráfica, é a última coisa que digo. Eu gostaria de dizer o seguinte, felizmente para mim, não tenho que votar estas propostas e portanto, não tenho nada a opor, espero que elas dêem resultado. Gostaria de dizer, muito sinceramente, eu não concordo com o Senhor Ministro do Ensino Superior, estou exactamente, no oposto, mas tenho grande consideração, quer pessoal, quer consideração formal e institucional por ele. Ficava extremamente desiludido se o Senhor Ministro depois daquilo que disse viesse agora aprovar o pedido da proposta, a sério! Algum prestígio e muita consideração que tenho pelo Ministro, se por acaso, com este movimento o Senhor Ministro alterasse a sua posição ficava extremamente desiludido com o conceito que eu tenho do Ministro. Peço desculpa, mas é muito rápido, eu ouvi uma vez uma história dum Senhor Bispo em Espanha que era mais ou menos assim, o Bispo foi visitar uma paróquia e disse ao padre local que gostava muito que tocassem as campânulas, os sinos. Fez a visita, quando acabou não tocou sino nenhum, abordou o padre e perguntou-lhe: Porque é que não tocaram os sinos? E ele disse-lhe: Há pelo menos quarenta razões para não tocarem os sinos, a primeira é que não há sinos. Os Senhores podem arranjar quarenta razões para criar a universidade, a primeira é que o Senhor Ministro não quer. A primeira é que o Senhor Primeiro-Ministro não quer. A primeira é o Governo não quer. Para mim está perfeitamente definido. Se os Senhores quiserem ter menos trabalho é muito simples de fazer, levantariam todos os estudos que estão feitos e mandam-nos ao Senhor Ministro, aliás, deixem-me dizer, se por acaso, eu tenho a convicção de que os governos são todos organizados, nem é preciso, o Senhor Ministro deve lá ter todos os estudos. Eu fui-lhos entregar todos ao Ministério da Educação, todas as Moções, portanto, com as novas tecnologias, se calhar, com algum “Magalhães” que funcione bem, é capaz de lá ter tudo à frente. É uma questão de lhe dizer: Oh Senhor Ministro, quer rever a posição, não quer? Isso é definitivo? Aquilo que eu achava que deviam fazer, mas isso é “meter a foice em ceara alheia”, perguntar ao Senhor Primeiro-Ministro se corrobora com a posição do Senhor Ministro do Ensino Superior, ou se tem uma outra posição. Se tem uma outra posição, aliás, de acordo com as promessas que o Governo tem feito, porque neste momento, temos apenas o titular do Ensino Superior, mas não sei se falou apenas por todo o Governo. Como vimos, houve muita gente que se atravessou na defesa da criação da Universidade Pública de Viseu, que também é Governo, também são governantes. Valia a pena que o Senhor Primeiro-Ministro se pronunciasse definitivamente. Eu gostaria de dizer, uma parte das propostas, elas já foram todas experimentadas. Quando se diz, alargar o movimento, ele foi alargado, por isso, é que esteve a Associação Industrial, por isso é que esteve o Politécnico, por isso é que esteve a Católica, ele foi alargado. Tudo aquilo que se possa propôr já foi ensaiado e portanto, se por acaso, eu nem percebo, deixem-me dizer-lhes, eu sei que os governos



trabalham lentamente, mas seis meses era mais... Seis meses, pode até o Senhor Ministro já lá não estar, a gente não sabe. Seis meses são mais que suficientes para quem tem os dados todos. Seis meses para quem tem todos os dados e que quer alterar a vontade é muito mais que suficiente, penso que é um alibi, eventualmente, para justificar algum voto contra a proposta”. -----

- MESA - Dá a palavra à Senhora Deputada Fátima Ferreira. -----

- VINTE E CINCO – SENHORA DEPUTADA MARIA DE FÁTIMA COELHO FERREIRA (PS) – Usa da palavra para dizer o seguinte: “Era para não fazer qualquer intervenção, aliás, estando como Líder da Bancada o nosso camarada Correia de Campos, portanto, estaria dispensada, pela competência que lhe reconhecemos, de fazer qualquer intervenção. No entanto, depois do muito que ouvi, manda o bom senso que se digam aqui algumas coisas, porque eu acho que é importante também que passem para a opinião pública. Se centramos a discussão no empenho, na ambição, estou a dizê-lo de uma forma muito séria, que o Senhor Presidente da Câmara tem dado, tem imprimido à criação da Universidade Pública, realmente não podemos desmerecer esse trabalho, porque tem sido de um grande afincamento ao longo destes últimos tempos. É um combate reafirmado sistematicamente, mas, e aqui tenho que fazer um parêntesis, de que está a ficar desactualizado, digamos que, está a defender, como alguns Membros desta Assembleia, um modelo do século passado. E porque é que eu digo isto? Estou apenas a fazer, a dar voz, a muitos dos reitores de universidades e há aqui muitos Membros desta Assembleia que pertencem à direcção de várias escolas de ensino superior e que não me podem desmentir. Aliás, trespassou essa opinião de que, realmente, dada a evolução da sociedade de conhecimento, dadas as novas preocupações de desenvolvimento global, mundial, ao nível macroeconómico e ao nível do desenvolvimento dos povos, é preciso novas escolas e novos caminhos. E, o que estão a fazer as escolas de ensino superior, as universidades portuguesas neste momento? Estão a fazer fusões, estão a fazer parcerias, estão a fazer núcleos/pólos de conhecimento unindo professores, unindo conhecimentos, tecnologias e fazendo essa partilha e essa parceria para conseguirem, realmente, atingir esses novos horizontes, esses novos paradigmas que hoje se procuram. Uma universidade deslocada e destacada deste contexto não tem qualquer espécie de valor para Viseu, como não tem nenhuma espécie de valor para qualquer distrito, ou para qualquer ponto do país. Este programa que o nosso Deputado Professor Correia de Campos apontou é o modelo de universidade, que no fundo, está a ser procurado através destas várias propostas que foram aqui apresentadas. Propostas essas no caminho da criação de um grupo de trabalho, que de uma forma directa consiga encontrar uma solução para Viseu, porque Viseu não procura uma universidade qualquer, uma casa que diga Universidade Pública, para que o Senhor Doutor Fernando Ruas possa dizer que saiu, enfim, vencedor, porque no fundo foi o que acabou de dizer há pouco, dizer que tudo o que se disse até agora não valia de nada, porque o Senhor Doutor Fernando Ruas não aceitaria qualquer outra solução, senão uma universidade e que o Ministro desceria na sua consideração se agora, depois da intervenção desta Assembleia, mudasse de opinião. Não é isso que as propostas que estão em cima da Mesa propõem. É acima de tudo, para valorização, que também tem estado aqui eminente nesta discussão, a desvalorização do Instituto Politécnico de Viseu e do ensino superior existente em Viseu, que foi brilhantemente defendido pelo Deputado José Costa, que fez uma abordagem ao Instituto Politécnico que me pareceu muito interessante. Resumindo, se por um lado, procurar desvalorizar o ensino superior que temos em Viseu, é preocupante, por outro lado, não apostar nesse grupo de trabalho que procure uma solução que seja boa para Viseu, aí nós subscrevemos, como é evidente. Tudo o que seja reafirmar posições de teimosia, nós realmente, não podemos subscrever, porque temos que ser flexíveis, temos que estar numa atitude proactiva e não nos amarrarmos à solução de um modelo de universidade pública que já não é o que serve a sociedade actual.



Obrigada”. -----

- MESA – Dá a palavra à Senhora Deputada Helena Correia. -----

- VINTE E SEIS – SENHORA DEPUTADA HELENA MARIA VALA CORREIA (PSD)

– Solicita o uso da palavra para intervir do seguinte modo: “Eu também não era para vir fazer nenhuma intervenção, porque, como já foram percebendo, me identifico inteiramente com a intervenção do Deputado José Costa. No entanto, depois de tudo o que aqui foi dito, acho que devia cá vir fazer alguns esclarecimentos. Como profissional do Ensino Superior Politécnico de Viseu, evidentemente, nunca senti muito a necessidade da universidade, mas depois dos últimos acontecimentos, de ver que Viseu está cercada por várias universidades, vendo alguns exemplos, como por exemplo, o de Vila Real, uma cidade pequena, pouco desenvolvida, que teve uma universidade que a fez crescer, que a fez desenvolver. Olhando para o exemplo de Vila Real, que pouco mais tem e que acarinha a sua universidade, vive virada para a sua universidade, de facto, compreendo que os cidadãos de Viseu exijam o mesmo e portanto, sintam essa ambição. Defendo, obviamente, e em resposta a algumas provocações que foram feitas aos Membros do PSD nesta reunião, eu defendo que haja mais oferta formativa. Em Viseu é sempre bem vinda, logo que não colida, evidentemente, com o que já existe, não há razão para vir colidir, ou ajudar a afundar, o que existe dadas as dificuldades que o ensino superior vive neste momento. O que eu queria dizer ainda é que não me identifico minimamente com a política do Ministro Mariano Gago, por muitas razões que, se calhar, as pessoas que estão fora do ensino superior desconhecem. Uma das razões é que neste momento os cursos do ensino superior estão a ser avaliados por critérios aos quais o Politécnico, por exemplo, tem dificuldade em responder, o número de doutores. O Politécnico não forma doutores, os professores do Ensino Politécnico têm que ir fazer o seu grau de doutor nas universidades mais longe e portanto, assegurando ao mesmo tempo, o serviço docente das suas instituições o que, obviamente, dá desigualdade relativamente ao ensino superior universitário, que está a ser avaliado pelos mesmos critérios. Entre estes eu dava-vos mil e um exemplos da política actual e com a qual não concordo. Outro exemplo é uma nova Lei que saiu em dois mil e sete, em que as pessoas podem ir ao ensino superior pedir creditação da sua formação profissional e saem com um curso feito frequentando meia dúzia de disciplinas. Não posso concordar com isto. Isto serve para subir, para aumentar as estatísticas do número de licenciados deste país sem aumentar a qualidade e a competitividade relativamente ao resto da Europa. Não posso concordar com isto. Há mais razões pelas quais eu nunca concordaria com esta política que está a ser e é gravosa, o ensino superior está a ser penalizado, estamos com muitas dificuldades para sobreviver. Outra questão que me fez trazer aqui, houve propostas de cursos com várias instituições de ensino superior, portanto, respondendo à nova política da defesa dos consórcios. A Escola Superior Agrária de Viseu, conjuntamente com mais quatro Escolas Superiores Agrárias de Castelo Branco, Bragança, Ponte de Lima, mandou uma proposta de um curso, no ano passado, para o Ministério e não foi aprovada. Não é por termos um consórcio que temos garantia que Viseu vai crescer em termos de oferta formativa de ensino superior. Não há garantias nenhuma que fazendo mais um estudo, que melhorando outro estudo, não há garantias que depois sejamos compensados. Houve estudos, houve cursos que foram propostos, nomeadamente, um curso em energias renováveis, foi proposto, não havia nenhum aqui em Viseu, não havia na região e ele não foi aprovado. Não há garantias, neste momento, que sendo um consórcio nos dêem a universidade que pretendemos. Era só isto que eu queria dizer. Muito obrigada”. -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Vicente Figueiredo. -----

- VINTE E SETE – SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO VICENTE DE FIGUEIREDO

(PSD) – No Uso da palavra diz: “Muito obrigado Senhor Presidente em exercício, para dizer que finalmente fez-se luz. Nós chegámos ao fim da Assembleia, mas pelo menos, eu



tinha muitas dúvidas, enfim, esperava ainda uma posição muito clara por parte do Partido Socialista, mas agora fiquei completamente esclarecido com a intervenção da Senhora Deputada Fátima Ferreira. Começou por dizer, Senhora Deputada, elogiou o empenho e dedicação do Senhor Presidente da Câmara, mas depois percebi porque é que veio elogiar o empenho e a ambição do Senhor Presidente, porque veio dizer: “Para que o Senhor Doutor Fernando Ruas diga que saiu vencedor”. Compreendemos agora porquê, parece-me que a preocupação do Partido Socialista é que nesta coisa da defesa da universidade pública, a Senhora disse isso, nesta coisa da defesa das Universidade Pública há aqui vencedores. A Senhora parece que tem receio que o Presidente da nossa Autarquia, nesta questão da universidade pública, saia vencedor. Eu penso que não é isso que quer, de certeza que não é isso que quer o Doutor Fernando Ruas. Quer sim defender uma coisa de que está convicto, que é o melhor e é um pólo de desenvolvimento para a região de Viseu e nomeadamente, para o concelho. Depois, também ficamos a perceber qual é a proposta do Partido Socialista, a Senhora Deputada diz assim: “É preciso defender novas escolas, novos caminhos e as universidades estão a fazer fusões”. Então, a proposta do Partido Socialista e o que defendem os Deputados neste órgão Autárquico é a fusão de várias universidades, como Viseu não tem universidade pública, continua arredado até ao infinito. Estamos esclarecidos. Por outro lado, também Senhora Deputada, diz que: “Não é isso que as propostas que estão em cima da Mesa”, referindo-se, nomeadamente, ao programa do Governo, diz: “O programa do Governo assenta num modelo que no fundo está plasmado nas várias propostas que estão na Mesa”. Quero recordar-lhe que há uma proposta do PSD, que exige uma resposta rápida, em seis meses, do Governo, ainda não foi retirada. Essa proposta não se identifica em nada com o programa do Governo, aliás, eu tenho dúvidas se neste programa do Governo, se há alguma alusão à criação de ensino superior em Portugal. Eu penso que não, que omitiram propositadamente, portanto, o programa do Governo não fala absolutamente em nada, se estiver enganado faça o favor de me corrigir, não fala absolutamente nada no que diz respeito ao ensino superior, portanto, as propostas que estão sobre a Mesa não estão plasmadas no programa do Governo, pelo menos não identificamos com qualquer proposta do programa do Governo relativamente ao ensino superior e por isso, não votámos nas propostas do Partido vencedor das eleições. Quanto às propostas que estão sobre a Mesa, quero dizer-lhe pessoalmente, não sei qual vai ser ainda a posição do grupo Parlamentar do PSD, mas pessoalmente o que eu defendo é a proposta que foi apresentada. Nós não podemos continuar a andar aqui com rodeios dizendo que vai ser constituída uma comissão que vai estudar nada e depois daqui por quatro anos, no final desta legislatura não temos resposta nenhuma para um anseio, que não é um anseio nosso, mas o anseio dos viseenses. O que eu defendo pessoalmente, estou a aguardar depois que entretanto haja outras evoluções para ver depois qual será o sentido de voto, mas o que eu defendo é que efectivamente, haja uma resposta clara e definitiva por parte dum Membro do Governo, por parte do Senhor Ministro do Ensino Superior e agora por parte do Senhor Primeiro-Ministro que diga claramente, já que os Senhores aqui também não conseguem dizer qual é o modelo que propõem... Já agora, deixe-me dizer também, Senhora Deputada, ouviu o Senhor Presidente da Mesa dizer qual é o modelo que defende? Ou então estive eu distraído. Nós tivemos um modelo que foi aprovado em resolução de Conselho de Ministros. Vocês tiveram também um modelo que foi aprovado em resolução do Conselho de Ministros, isso caiu. O que eu ouvi aqui propôr foi que quem elaborou os projectos, quem elaborou esses estudos, podia agora ser chamado e quem sabe, se porventura, fazendo uma fusão, pegando num, ou pegando noutra, alterando-se, se se conseguia alterar esse modelo para a criação da universidade pública. Alguém está aqui assim a defender o modelo de mil, novecentos e não sei quantos? Oh Senhora Deputada, já agora também, deixe-me dizer o seguinte, eu compreendo a sua posição, por acaso trago aqui uma anotação de uma acta,



repare, de dois mil e oito, dezoito de Abril e em dezoito de Abril quando numa intervenção que eu fiz a propósito das acessibilidades e depois a qualquer momento disse: A qualquer momento devíamos reivindicar a criação da Universidade Pública de Viseu. A Senhora em resposta vai-me dizer isto a propósito da criação da Universidade Pública de Viseu: “Isto é chover no molhado, porque há outras prioridades”. A Senhora disse isto, olhe folha cinquenta e dois. Já nessa altura, dois mil e oito, a Senhora não considerava a Universidade Pública de Viseu uma prioridade e considerava sim, uma prioridade a aposta na educação básica, exactamente, e com muita razão, mas foi por isso que vocês apostaram tanto na educação básica, que a Escola Ranhados ainda está como está. Muito obrigado”.

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Carlos Portugal.

- VINTE E OITO – SENHOR DEPUTADO CARLOS MARTINS DOS SANTOS PORTUGAL (PS) – Pede a palavra para intervir do seguinte modo: “A minha intervenção vai no sentido de que já se percebeu efectivamente, apesar de algumas críticas que para aqui houveram, algo de muito importante aconteceu neste debate e é isso que eu quero que se mantenha, é que o Senhor Deputado, neste momento, actualmente assumindo Presidente da Mesa, clarifique a sua posição e a ponha à votação, porque penso que tem a disponibilidade da maioria esmagadora dos Deputados desta Assembleia para possivelmente, a aprovarmos”.

- MESA – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, profere as seguintes palavras: “Obviamente que numa discussão como esta, eu acho que é fundamental dar-se espaço para que todas as pessoas manifestem as suas opiniões, portanto, o pedido do Regimento, e eu cumpro escrupulosamente, quando o Presidente intervém na qualidade de Deputado, deve assumir o seu lugar como um outro qualquer Deputado e portanto, eu aguardo que todas as pessoas interviessem sobre o assunto para depois poder assumir o lugar na Mesa e com a isenção que o Presidente da Mesa tem que ter, poder propôr uma redacção que a todos possa confortar, digamos assim. Aquilo que eu sugeria, obviamente que a aprovação desta proposta implicará aprovar só uma proposta, presumo que será esse o entendimento que está na mente de todas as Senhoras e Senhores Deputados. Eu acho que há uma primeira conclusão, penso que não vale a pena estar a escrever uma Moção. Aquilo que eu sugeria era que nós fizessemos chegar na terça-feira uma carta ao Senhor Ministro do Ensino Superior, que eu teria o cuidado de enviar segunda a todos os Líderes Municipais com a redacção final, mas que basicamente teria três pontos: o primeiro ponto seria manifestar de uma forma inequívoca que Viseu continua empenhado e a reivindicar a sua universidade pública. Penso que este ponto merecerá à partida, consenso. O segundo ponto sugerir ao Ministro da Ciência e do Ensino Superior que crie uma *task force*, coordenada por si, ou por quem ele indicar, de carácter técnico-científico que envolva as escolas de ensino superior existentes em Viseu e as forças vivas da região, para deixar ao Senhor Ministro a liberdade de chamar a esse grupo as pessoas que entender. E um terceiro ponto, que apresente uma solução, aqui é que confesso que não sei se iríamos fazer a vinculação de prazo ou não, mas pelo menos reiterar que nos apresente uma rápida solução. Estes eram os três pontos, que vinculando a um prazo, ou não, havia uma proposta do PSD no sentido de vincular ao Senhor Ministro um prazo de seis meses. Eu acho que um prazo pode aqui ser importante, porque Viseu precisa de uma resposta rápida, “ou sim, ou sopas”. Se os Senhores Deputados estivessem de acordo com os seis meses permitiria, pelo menos, ao Senhor Ministro num prazo de seis meses ter que nos dar uma indicação do caminho que o Governo pretendia seguir. Se alguém se quiser pronunciar. O Senhor Presidente da Câmara já se manifestou no sentido de se pronunciar. Daria a palavra ao Senhor Presidente da Câmara e depois a cada Partidos a possibilidade de se manifestar”. Faça o favor Senhor Presidente”.

- VINTE E NOVE – SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Solicita o



uso da palavra para dizer o seguinte: “Muito obrigado, não era sobre isso, aliás, na minha posição já disse que não tenho que votar. Estive na reunião com o Senhor Ministro, sei exactamente qual é a posição, ouvi muito bem o Senhor Ministro. Fiquei com a ideia, e isso eu enalteci, que era categórico, portanto, eu não tenho mais nenhuma veleidade, terão, mas eu não tenho. Mas não foi por isso, foi por uma intervenção anterior que o Doutor Vicente, se calhar, por alguma analogia com o bigode já deu resposta. Eu gostaria de pedir à Doutora Fátima que não pusesse na minha boca aquilo que eu não digo, a Senhora é bem diferente de mim, note-se, é muito mais bonita, portanto não há nenhuma confusão. Como não há nenhuma confusão, não vale a pena, mas a sério, não vale a pena dizer aquilo que eu não disse, nunca arrisquei um modelo, sabe porquê Senhora Deputada? Por uma razão simples, eu nestas coisas faço muito bem a distinção, eu também sou licenciado e também andei na faculdade, também fui docente, mas eu remeto-me ao meu papel de político. Quem tem que fazer, apresentar os modelos é quem sabe, eu não tenho nada a ver com isso e portanto, eu sempre fui muito modesto em relação a isso, eu não vejo aqui grandes divagações, o modelo está apresentado! E não venha dizer que é do século passado, é o último, século passado é o vosso. Este é o último não há mais nenhum, é o modelo que eu conheço, se têm outro, venha outro, primeiro ponto. Segundo ponto, costume ouvir-lhe dizer que aquilo que eu quero é sair vencedor. Oh Senhora Deputada, deixe-me dizer-lhe uma coisa, como sabe eu chamo-me Fernando Carvalho Ruas o CR podia ser perfeitamente para mim e até podia ser CR nove como o Ronaldo, eu já vos ganhei nove vezes não preciso sair mais vencedor, já tenho esses palmarés. Sinceramente, não venha com isso, não venha só com essa intenção de que o Fernando Ruas quer sair vencedor, eu não preciso de mais palmarés. Eu sei, mas disse-o, parece que aquilo que eu quero exibir é no fim, eu ganhei esta corrida ao Governo, por amor de Deus! Eu quero é que Viseu ganhe! E deixe-me dizer-lhe, aquilo o que os Senhores têm feito até agora, e concretamente nesta Assembleia, é chutar para canto. Não vale a pena enganar-se, os Senhores estão com uma dificuldade enorme. Eu já ouvi até puxar as orelhas aos políticos todos, os Senhores estão com receio disto. Os Senhores estão numa posição unânime a dizer, Viseu não aceita esta posição, o Senhor Ministro está a ser teimoso. Agora, o Senhor Ministro teve todos os dados para dizer aquilo que disse. O Senhor Ministro andou quatro anos a pensar naquilo, portanto, quando vem dizer, não há para aqui, não há mais para lado nenhum, tem que tomar esta responsabilidade. Quer saber uma coisa? Eu não estou à espera que haja universidade para Viseu com este Ministro, mas estou à espera que com outro Ministro haja universidade para Viseu, portanto, é tão claro quanto isto e tiro o meu chapéu ao Senhor Ministro por manter esta posição. Espero é que esteja lá pouco tempo para outro Ministro cumprir aquilo que é um desejo dos viseenses”.

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Correia de Campos. -----

- TRINTA – SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO FERNANDO CORREIA DE CAMPOS (PS) – No uso da palavra diz o seguinte: “Se fosse possível pedir, às vezes, que algumas intervenções fossem colocadas entre parêntesis, também se aplica às minhas, obviamente, eu sugeria que esta intervenção do Senhor Presidente da Câmara fosse colocada entre parêntesis. Nós estávamos aqui assim numa linha de conseguir um objectivo prático e directo. Dá ideia que o Senhor Presidente não quer esse objectivo, não quer que todos nós nos unamos a reivindicar. Nós estamos disponíveis para fazer imediata passagem à votação da Moção do Senhor Presidente da Assembleia Municipal e portanto, para não alongar mais os trabalhos, nem suscitar mais questões eu fico-me por aqui no comentário à intervenção anterior. Agora, Senhor Presidente, estamos de acordo, sem qualquer dúvida, em relação aos pontos um e dois da sua Moção. Em relação ao ponto três, não tenho nenhuma questão de princípio quando à questão do tempo, mas não sei se é dar argumento, ou niilismo, ou negativismo, quer dizer, se nós chegamos ao pé dum governo com a “faca ao peito”, qualquer que ele seja, e diga assim: decida-se, tem seis meses para



se decidir. Este é o argumento fantástico que a gente dá para ele decidir contra aquilo que nós pretendemos. Eu chamava a atenção ao seu bom senso e sentido diplomático para, digamos, tornar essa cominação... Eu acho que o Senhor Presidente tem razão, deve haver alguma coacção, mas não podemos, contra nós, quer dizer, é um argumento imediato para dizer: ah, não trazem nenhuma proposta concreta e ainda por cima estão a pedir aqui assim a dizer que nos dão seis meses? Bom, isto será a melhor porta para não termos absolutamente nada e nós temos que encontrar alguma coisa. Eu não percebo, sinceramente Senhor Presidente, é uma interpelação que eu faço eu sei que a Ordem dos Trabalhos não está muito perturbada apesar das gargalhadas, dos risos, às vezes difíceis de interpretar, reconheço que eu posso ter limitações na interpretação, porque é uma questão de ter sentido de humor, quer dizer, o meu sentido de humor eu julgo que existe, mas que pode não atingir todas as implicações daquilo que faz rir as outras pessoas. Muito bem, cada um fica com o seu sentido de humor, mas nós estamos aqui assim para resolver um assunto e para resolver esse assunto com seriedade. Preparámo-nos para esta Assembleia, outros também se prepararam e trouxeram ao debate soluções que me parecem de bom senso. Fizemos um caminho muito grande e muito largo, comum e não vejo razão nenhuma para nós, neste momento, abandonarmos o caminho comum, irmos todos cada um para seu lado, desfasados, desinteressados e portanto, faço-lhe um apelo Senhor Presidente. De acordo quando aos pontos um e dois, em relação ao terceiro ponto, dê-lhe uma volta diplomática de forma a haver, digamos, algum esforço da nossa parte na constituição técnica desse grupo e na apresentação de uma proposta. Depois, pedir ou exigir, impor, o que se quiser, ao Senhor Ministro que em tempo útil se pronuncie sobre essa matéria. Eu penso que era um contributo para o consenso. Muito obrigado”. -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Rui Santos. -----

- TRINTA E UM – SENHOR DEPUTADO RUI ALEXANDRE GOMES PINA RODRIGUES DOS SANTOS (CDS/PP) – Intervém do seguinte modo: “Para ver se chegamos a um final, dizer que em nome do Grupo Parlamentar CDS/PP, concordamos plenamente com o teor da missiva que irá endereçar ao Ministro da Ciência e da Tecnologia do Ensino Superior. Dizemos, que quanto a nós, estabelecer um prazo é prioritário e é fundamental é que só se trabalha com *timings*. Não estabelecer um prazo, seja ele de seis meses, poderá até ser longo ou não, é deixar azo para que a resposta se alargue. Quanto ao facto de não se apresentar nenhum modelo, no ponto dois, ou pedir-se ao Senhor Ministro que nomeie uma *task force* presidida por ele próprio, ou por alguém que o represente, estamos a dar, exactamente, a dar hipótese ao Senhor Ministro de apresentar um modelo que melhor convém para os interesses da futura Universidade de Viseu. Obrigado”. -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Pedro Ruas. -----

- TRINTA E DOIS – SENHOR DEPUTADO PEDRO NUNO PEREIRA DE CARVALHO RUAS (PSD) – No uso da palavra diz: “Senhor Presidente, furtando-me aos cumprimentos habituais, eu só queria dizer aqui uma coisa. Relativamente à proposta do Presidente da Assembleia Municipal, enquanto Deputado desta Câmara, eu queria dizer que concordo com o ponto um, concordo com o ponto três, mas discordo profundamente com o ponto dois. Eu vou dizer porquê, porque eu não consigo conceber como é que o Ministro que já disse que não há universidade pública, ele próprio vai nomear uma *task force*, ou vai coordenar um trabalho, o qual ele não quer executar. E nós formos a ver a questão da universidade pública é como as economias domésticas, quando nos juntamos com alguém, que até pode ser homem a partir de hoje, não é? Nós quando fazemos planos para o futuro, primeiro resolvemos se queremos fazer uma casa ou não, depois é que vamos ver se a casa tem dois, três, quatro, cinco, seis assoalhadas. Mas primeiro, nós decidimos se queremos uma casa e depois é que vamos decidir qual é o modelo. A verdade é que nós temos andado aqui a discutir modelos que só nos desunem. O que eu gostaria e quero-vos



dizer sinceramente, estou profundamente desiludido com esta Assembleia, porque eu pensava que eu ia sair aqui com uma estratégia de luta que fizesse mostrar ao Governo, o Senhor Vereador está a rir-se, mas eu também me tenho rido muito consigo sabe? Também me rio muito consigo, pela sua coerência... Mas queria dizer que esperava, o Senhor ri-se, não sei se os viseenses também se rirão, se calhar riram-se mais quando viram os resultados eleitorais do Partido Socialista, mas eu quero dizer que gostaria que saíssemos aqui com um espírito de luta, porque dizem que a luta não conduz a nada, mas a verdade é que os professores foram para a rua e conseguiram. A verdade é esta, este Governo não quer Universidade Pública de Viseu! Vocês podem dizer o que quiserem, podem encontrar os subterfúgios que quiserem, podem encontrar meia dúzia de malabarismos, podem fazer o que quiserem, figuras de retórica, mas a verdade é, Viseu não tem universidade pública porque o Partido Socialista e o Governo não querem!!! Tenho dito”. -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Manuel Teodósio. -----

- TRINTA E TRÊS – SENHOR DEPUTADO MANUEL TEODÓSIO MARTINS HENRIQUES (PSD) – Pede a palavra para intervir do seguinte modo: “Bom como num *brainstorming* começa-se por divergir para convergir, portanto, estamos na parte final desta nossa Assembleia Municipal, deste nosso *brainstorming*, está na altura, efectivamente de convergirmos. Dizer que no seguimento da proposta que nós apresentámos, que o Senhor Presidente da Mesa, aqui, de alguma forma, tentou reformular, dizer aqui duas ou três situações: A primeira tem a ver e reforçar aqui mais uma vez, posso ficar com uma ilusão ao fazer uma alusão ao PDM, ou seja, tenho um terreno, eu preciso que quem tem responsabilidades me diga se é reserva agrícola, se posso construir, se posso construir qual é a volumetria do prédio, portanto, no fundo, é isto que se pede aqui, de que efectivamente, seja dito quais são as condições para se criar a Universidade Pública de Viseu, ou seja, qual deverá ser esse mesmo modelo. Também nós não temos aqui a pretensão de dizer, também tenho, obviamente, as minhas ideias, como qualquer um de nós, mas não é isso que, efectivamente, importa. Importa sim, a construção da Universidade Pública de Viseu, do Ensino Superior Universitário Público em Viseu, o velho anseio que tem que ser concretizado. Se, efectivamente, para haver aqui algum consenso, ou todo o consenso que, obviamente, é desejável quando estamos a defender as questões de Viseu e é disso que se trata, não temos problemas de maior em, eventualmente, deixarmos cair a questão de seis meses. Mas também é bom que se entenda a razão da apresentação de seis meses. Seis meses não aparecem como quem aponta uma arma a alguém, ou uma navalha, naquela: faça o favor de neste espaço fazer senão a gente acciona o que tem na mão. Não foi com esse objectivo. O objectivo de seis meses é dizer que o tempo urge, e de que maneira, e que temos necessidade de uma resposta célere. Se também não vamos aqui contextualizar no tempo poderia isto ser, como já ouvi aqui há pouco, ir para seis anos, ou para sessenta e tal anos, eventualmente. Tem que se que se dar um *timing*, portanto, a gente deixa com toda a boa vontade cair a ideia de seis meses, o que não deixamos de forma alguma cair é que seja traduzido como uma expressão de que tem que haver uma resposta célere. Se são seis meses e um dia, se são seis meses e três dias, isso não tem uma importância acrescida, mas também deixem-me dizer que o facto de ser dado um prazo de seis meses, ser considerado ofensivo, penso que também não seria ofensivo. Se fosse um prazo mais curto, com outro tipo de palavras, efectivamente, isso poderia acontecer. Nós, no fundo, subscrevemos esta ideia de tentarmos aqui um consenso, não deixamos, de forma alguma é cair aqui, são três questões fundamentais: Primeiro, a importância da criação da Universidade de Viseu e o não baixar os braços; a segunda que se põe é que esta resposta tem que ser dada e este assumir de responsabilidades, por quem tem direito, que é o Poder Central e neste caso, o Ministro do Ensino Superior e terceiro, que isto tem que ser uma resposta célere, porque os viseenses necessitam dessa resposta célere. Não sou eu, não somos nós, Grupo



Parlamentar do PSD, são os viseenses que têm necessidade de que se concretize tudo isto que temos estado a defender. Muito obrigado”. -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. -----

- TRINTA E QUATRO – SENHOR PRESIDENTE DO EXECUTIVO CAMARÁRIO – Solicita o uso da palavra para dizer o seguinte: “Senhor Presidente, é mesmo um minutinho, não para falar sobre a proposta, já falei sobre isso, para responder ao Senhor Deputado Correia de Campos. Dou-lhe a liberdade de pôr algumas coisas que eu digo em parêntesis e eu gostaria de lhe dizer que algumas propostas suas, eu coloco-as com parêntesis curvo, parêntesis recto e chaveta”. -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Carlos Vieira. -----

- TRINTA E CINCO – SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO VIEIRA E CASTRO RODRIGUES (BE) – No uso da palavra intervém do seguinte modo: “A tática do PSD está vista, já foi aqui dito por alguns dos seus Deputados, o próprio Presidente da Câmara também já disse que não acreditam que o Senhor Ministro volte atrás e portanto, não cria mais universidades. O que os Senhores se preparam é para daqui a seis meses, ou daqui a não sei quantos meses, se não obtiverem uma resposta, como esperam, fazerem mais uma manifestação, mais fogo de artifício para desviar as atenções dos viseenses das responsabilidades que vos cabem. Ficou provado nesta Sessão que não temos ainda universidade pública, porque tanto o PSD como o PS, não querem uma universidade pública que faça concorrência às instituições privadas do ensino superior. Ora, eu sou professor de formação, mas vivo do pequeno comércio e, a começar pela Câmara, que não se preocupou em cercar a cidade de grandes superfícies sem ter em conta os interesses do pequeno comércio (neste momento o Senhor Presidente da Mesa interrompe a intervenção) ----

- MESA – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, diz: “Senhor Deputado deixe-me interrompê-lo. Nós estamos nas alegações finais por causa das Moções, eu agradeço-lhe se cinja ao assunto, porque todos os Senhores Deputados que intervieram agora, foram todos muito sucintos. O que está em causa neste momento é uma proposta concreta feita pelo Presidente da Mesa e é sobre isso que deve falar e mais nada”. -----

- SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO VIEIRA E CASTRO RODRIGUES (BE) – Prossegue a intervenção dizendo: “Exactamente. Se for emanado dessa proposta que o *task force*, que é com que nós concordaríamos à partida, não inclua as instituições privadas de ensino superior, nós até votaremos a favor. Agora, o problema é que ao incluir as instituições privadas de ensino superior está-se a incorrer, a insistir na mesma tática errada que é não beliscar, criar uma universidade pública que não vá colidir com o interesse das privadas. Isso, meus Senhores, é impossível, tem que se escolher, ou ensino superior público, ou laico, gratuito, de qualidade e universal, ou ensino superior privado. É isso que está em causa nesta Sessão”. -----

- MESA – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, diz o seguinte: “Meus Senhores, então vamos ver se acertamos. O ponto um, é manifestar de uma forma inequívoca a vontade de Viseu ter a sua universidade pública, estamos totalmente de acordo, não é? O segundo é que o Senhor Ministro do Ensino Superior, directa, ou indirectamente, coordene uma *task force* técnico-científica, com o envolvimento das forças vivas da região e os estabelecimentos de ensino superior existentes em Viseu. O ponto três, que apresente uma solução, no curto prazo, em vez de estarmos a fixar, pode ser, os espaços são de curto, médio, ou longo. O curto prazo não é suficientemente lato, o curto prazo pode ir até um ano, não pode exceder um ano e penso que é uma expressão que poderá criar uma rapidez na adesão. Então, se estiverem de acordo eu vou pôr à votação. Eu redigiria a carta no fim-de-semana, enviava aos Senhores Coordenadores, aos Líderes dos Grupos Municipais na segunda-feira, para poder assinar a carta e enviar na terça, portanto, vou pôr à votação. Foi aprovada com quarenta e dois votos a favor e dez abstenções. As declarações de voto manifestam-nas e depois fazem por escrito, é melhor. Deixem-me só recomendar o



seguinte, obviamente, que regimentalmente cada um dos Senhores Deputados pode usar dos dois minutos para fazer a sua declaração de voto. Não se esqueçam que independentemente, de ser uma assembleia Extraordinária temos que ainda abrir o Período do Público, temos uma pessoa do público inscrita a que vamos ter que dar a palavra. Há sempre uma forma que é entregarem por escrito e depois integra-se na acta, ou então, se fizerem muita questão, obviamente, que darei a palavra, não vou contra o Regimento. O Senhor Deputado Vicente Figueiredo fica anotado que apresentará uma declaração por escrito. O Grupo Parlamentar do CDS também entregará por escrito”. De imediato dá a palavra ao Senhor Deputado Renato Pereira. -----

- **TRINTA E SEIS – SENHOR DEPUTADO RENATO ALEXANDRE REIS PEREIRA (PSD)** – Usa da palavra para dizer o seguinte: “Eu quero fazer uma declaração de voto agora por uma razão simples. Eu concordo e percebo a boa vontade desta proposta, mas aqui o que se coloca é uma questão de vontade política e eu tenho menos de trinta anos e desde os catorze que luto pela universidade pública e seu muito bem que aqui em Viseu quem é que luta pela universidade pública verdadeiramente e quem é que adia a universidade pública há não sei quantos anos. O Partido Socialista não tem vontade política para lutar pela Universidade Pública de Viseu e o Governo Socialista também não o tem feito. Estar a dar mais uma arma ao Partido Socialista para poder adiar uma decisão que já devia estar tomado há muitos anos é algo com que eu não posso compactuar e é por isso que eu me abstive nesta votação. Muito obrigado”. -----

- **MESA** – Dá a palavra ao Senhor Presidente da Junta de São João de Lourosa. -----

- **TRINTA E SETE – SENHOR DEPUTADO AMTÓNIO DE SOUSA DA FONSECA – PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE SÃO JOÃO DE LOUROSA (PSD)** – No uso da palavra diz: “Eu concordo com a proposta, mas eu sei que isto já não vai com propostas. Se o Governo do Partido Socialista teve quatro anos e meio para pensar nisto é agora em seis meses que vai decidir uma coisa dessas? É por isso, única e simplesmente. Com o Governo Socialista, com o Senhor Ministro e com o Senhor Primeiro-Ministro, não tenhamos ilusões que não há universidade em Viseu”. -----

- **MESA** – Dá a palavra ao Senhor Deputado Pedro Ruas. -----

- **TRINTA E OITO – SENHOR DEPUTADO PEDRO NUNO PEREIRA DE CARVALHO RUAS (PSD)** – Solicita o uso da palavra para dizer o seguinte: “Prometo ser mais rápido do que os meus antecessores. É só dizer o seguinte, é o *copy e past* da intervenção do Deputado Renato Pereira, portanto, é precisamente pelos mesmos pressupostos que eu não vou votar a favor desta proposta. Muito obrigado”. -----

- **MESA** – Dá a palavra ao Senhor Deputado Tiago Escada. -----

- **TRINTA E NOVE – SENHOR DEPUTADO TIAGO MIGUEL MARQUES DOS SANTOS ESCADA (PSD)** – Pede a palavra para intervir do seguinte modo: “Apenas muito rápido, subscrevo exactamente, aquilo que foi dito pelos meus companheiros. Fica assim aqui dito que não pude, desta forma, votar”. -----

- **MESA** – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar diz: “Muito obrigado. Então mais ninguém se pretende pronunciar. Portanto, a Moção do Partido Socialista foi retirada, não é? Agora iremos votar a Moção apresentada pelo Senhor Deputado Carlos Vieira e Castro do Bloco de Esquerda. *Quarenta e sete votos conta, um voto a favor e quatro abstenções*, portanto a Moção foi rejeitada. E assim, esgotámos o Ponto único da Ordem de Trabalhos e vamos abrir o Período Regimental destinado ao público. Temos um concidadão inscrito, é o Senhor José Miguel Guiné, aliás, já habitual intervir neste Período, dou-lhe a palavra, já sabe os minutos que tem”. -----

- **QUARENTA – SENHOR JOSÉ MIGUEL DOS SANTOS GUINÉ** – Solicita o uso da palavra para fazer a intervenção seguinte: “Antes de mais, acho que importa fazer um balanço quase histórico desta importante causa, que é a criação da nossa universidade pública. Num comunicado e para fazer um balanço histórico, do Conselho de Ministros de



dezassete de Maio de dois mil e quatro, do décimo quinto Governo Constitucional, liderado pelo então Primeiro-Ministro Durão Barroso, é oficializada a criação de um grupo de trabalho na dependência do Ministério da Ciência e Ensino Superior com vista ao reordenamento da rede do Ensino Superior e definição dos princípios fundamentais do seu funcionamento, cuja ideia base seria acabar com os desequilíbrios ao nível do ensino superior entre o litoral e o interior. Interessava na altura, a construção dum Portugal competitivo e moderno de norte a sul, com base num ensino de excelência. Estabelece-se então, como primeiro objectivo um modelo de implementação de uma universidade pública em Viseu, por se encontrar inserida numa região dinâmica e competitiva, isto não é por acaso, palavras de Veiga Simão. Estávamos em dois mil e quatro, era então o actual Primeiro-Ministro, Doutor Durão Barroso, já lá vão seis anos, mas Viseu nunca abdicou e nunca abdicará da sua heróica caminhada no sentido do investimento e modernização e de aumentar, em consequência disso, a sua população em mais vinte mil habitantes. Por esta razão, Viseu é assumidamente o pólo estratégico de desenvolvimento e modernização do interior do país, merece pois uma universidade pública. Em dois mil quatro a estratégia governamental era claramente a criação de uma universidade pública em Viseu. Na altura, foi pela voz do Doutor Durão Barroso e da Ministra do Ensino Superior, Doutora Maria da Graça de Carvalho que foram lançados os alicerces para a criação da nossa universidade pública. Tudo apontava que a universidade fosse uma realidade nos dias de hoje, mas infelizmente, não o é. O actual Ministro do Ensino Superior não deu continuidade ao trabalho desenvolvido pelo seu antecessor, tapou os ouvidos aos apelos de uma região, meteu um projecto fundamental para o país na gaveta ao anunciar que não havia, na última legislatura, suponho que é a décima legislatura, espaço para a criação de mais uma universidade. Apesar de tudo, surgiu a promessa transmitida ao actual Presidente da Câmara, Doutor Fernando Ruas, que o assunto seria retomado após as eleições autárquicas. O assunto foi realmente aberto, mas para dizer ao país que a nova universidade não seria para construir em Viseu, mas sim em Aveiro. Com esta decisão Portugal ficou mais pequeno, limita-se à sua faixa litoral esquecendo-se do interior. O interior do país existe, ou só existe, infelizmente, para quem lá mora. Para quem governa, infelizmente, não existe. Tenho dito”. -----

- MESA - O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, termina dizendo o seguinte: “Muito obrigado. Então dou por encerrada a Sessão e encaminhá-vos de imediato para o jantar”. -----

- A Sessão encerrou às vinte horas e quarenta e quatro minutos. E do que se passou, lavrou-se a presente Acta, que vai ser assinada por mim, \_\_\_\_\_, Primeiro Secretário e pelo Senhor Presidente, nos termos do número três do artigo quinquagésimo oitavo do Regimento. -----

## O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

\_\_\_\_\_  
(António Joaquim Almeida Henriques)